

## **01. Contexto Operacional**

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na Cidade de Belo Horizonte à Rua Mar de Espanha 525, bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objeto é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

A COPASA possui 100% de participação societária nas seguintes empresas em 31 de dezembro de 2011:

- ▶ Copasa Águas Minerais de Minas S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.693, de 11 de janeiro de 2007, com o objetivo de produzir, envasar, distribuir e comercializar águas minerais das fontes das quais seja proprietária ou concessionária, além de administrar e explorar os Parques das Águas de Caxambu, Araxá, Cambuquira e Lambari.
- ▶ Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - Copanor, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.
- ▶ Copasa Serviços de Irrigação S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, tem por objeto administrar, executar e explorar os serviços do sistema de irrigação do Projeto Jaíba e realizar a sua manutenção, para o que poderá utilizar recursos e pessoal próprio ou de terceirizados. A Subsidiária, sempre que vantajoso em termos econômicos poderá contratar, mediante regular processo de licitação, a execução das obras e serviços necessários à operação do sistema, bem como adquirir produtos, equipamentos e materiais que se façam necessários ao desempenho de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia atuava em 875 localidades no Estado de Minas Gerais (879 em dezembro de 2010), em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário, totalizando cerca de 4.338.678 economias atendidas (4.214.755 em dezembro de 2010). Merecem destaque as vinte maiores concessões de água e esgoto das quais a Companhia é detentora:

Concessões de água			Concessões de esgotamento sanitário	
Localidade	Nº. de Economias	Venci-mento	Localidade	Venci-mento
Belo Horizonte	935.259	2034	Belo Horizonte	2034
Contagem	215.644	2073	Contagem	2073
Betim	125.419	2042	Montes Claros	2028
Montes Claros	118.187	2028	Betim	2042
Ribeirão das Neves	87.506	2034	Ipatinga	2022
Divinópolis	84.167	2041	Ribeirão das Neves	2034
Ipatinga	78.046	2022	Santa Luzia	2013
Santa Luzia	65.394	2023	Patos de Minas	2038
Patos de Minas	51.038	2038	Pouso Alegre	2046
Ibirité	48.291	2034	Varginha	2013
Pouso Alegre	47.118	2046	Conselheiro Lafaiete (2)	2010
Varginha	46.788	2013	Lavras	2034
Conselheiro Lafaiete (2)	45.445	2010	Ibirité	2034
Teófilo Otoni	39.316	2034	Araxá	2032
Sabará (1)	39.245	2007	Teófilo Otoni	2034
Lavras	38.078	2034	Itajubá	2034
Araxá	36.241	2032	Alfenas	2033
Ubá	33.057	2014	Coronel Fabriciano	2033
Itajubá	32.982	2034	Pará de Minas (2)	2009
Coronel Fabriciano	32.658	2033	Nova Serrana	2027

- 1) O contrato de concessão com o Município de Sabará encerrou-se em 03 de agosto de 2007. Já foi assinado um novo convênio entre o Município de Sabará e o Estado de Minas Gerais, e as negociações com a Companhia continuam objetivando a assunção dos serviços de esgotamento sanitário. O faturamento de água em 2011 em Sabará foi de R\$18.054 (R\$16.881 em 2010), ou 0,61% (0,62% em 2010) do faturamento da Companhia.
- 2) O contrato de concessão com o Município de Conselheiro Lafaiete encerrou-se em 23 de julho de 2010, e com o Município de Pará de Minas encerrou-se em 11 de outubro de 2009. O faturamento de água e esgoto em 2011 de Conselheiro Lafaiete foi de R\$27.211 e em Pará de Minas de R\$26.289 (R\$23.513 e R\$24.673 no exercício de 2010), ou 0,92% e 0,89% (0,86% e 0,90% em 2010) do faturamento da Companhia, respectivamente. A Companhia está envidando esforços para renovar estas concessões.

## 02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A diretoria executiva da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 da controladora e consolidadas em 28 de fevereiro de 2012.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

### (a) Base de preparação

As demonstrações financeiras, da controladora e do consolidado, foram elaboradas com base no custo histórico.

As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais do relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações da controladora diferem das práticas aplicadas nas demonstrações consolidadas preparadas de acordo com o IFRS no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo (vide Nota 08), e pela correção monetária dos itens dos ativos intangível e imobilizado para os exercícios de 1996 e 1997, cujo registro não é permitido pela legislação societária brasileira, mas requerido pelo IAS e, portanto, registrada para fins de IFRS (vide Nota 02 “c”).

A partir de 1º de janeiro de 2011, passaram a vigorar os seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 24 - Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte Relacionada (revisada); IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo; e IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital. As adoções destes pronunciamentos e interpretações não impactaram as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

Em relação aos novos pronunciamentos IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) - Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) - Investimentos em coligada e em controlada, que passarão a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não terão impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

#### (b) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cujas participações percentuais na data do balanço estão assim resumidas:

	% de participação no capital	
	Total	Votante
Controladas:		
Copasa Águas Minerais de Minas S/A	100	100
Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – Copanor	100	100
Copasa Serviços de Irrigação S/A	100	100

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto ou qualquer outra condição que se permita exercer o controle. Atualmente todas as controladas são subsidiárias integrais da Controladora. Essas controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação relativa sobre uma subsidiária que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação de capital.

(c) Correção monetária consolidada

Todos os itens dos ativos intangível e imobilizado do consolidado são apresentados pelos seus custos históricos corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1997, data em que a economia brasileira deixou de ser considerada hiperinflacionária, com base em índices oficiais, menos depreciação. Os ajustes contábeis decorrentes dessa correção monetária impactaram o patrimônio líquido consolidado e o lucro líquido consolidado, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos em R\$31.927 e R\$5.930, respectivamente, em 31 de dezembro de 2011 (R\$37.857 e R\$7.349, respectivamente, em 2010).

(d) Reclassificações nas Demonstrações Financeiras de 2010

Para efeito de comparabilidade com o exercício de 2011, alguns dados divulgados em 2010 foram reclassificados, sem alterar, no entanto, os resultados finais, conforme descrito abaixo:

No Balanço Patrimonial, em atendimento à determinação do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a rubrica “imposto de renda e contribuição social diferidos”, que em 2010 era apresentada no ativo e passivo não circulantes, passou a ser apresentada pelo saldo líquido, somente no ativo não circulante (Nota 15).

Na Demonstração do Resultado o item “participação dos empregados nos lucros” foi transferido da linha de “lucro antes das participações” para o grupo de “despesas operacionais”.

Nas Demonstrações de Fluxos de Caixa foi alterada a movimentação da conta de clientes, com a introdução do item “recuperação de contas baixadas” e retificação dos dados dos itens “provisão para créditos de liquidação duvidosa”, “VM/juros sobre contas a receber de clientes” e “redução/aumento de contas a receber de clientes”. O valor de juros capitalizados deixou de ser redutor do item “adições em intangível e imobilizado” e passou a compor o item “juros sobre empréstimos”. O item “ativos financeiros” saiu do grupo “ajustes ao lucro” e passou a fazer parte do grupo “atividades operacionais”, devido a alteração no critério de avaliação, com reflexo no valor do item “adições em intangível e imobilizado”. Para atender determinação do CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa, a primeira linha desta demonstração passou a ser o “lucro antes do imposto de renda e contribuição social”, em substituição à linha “lucro líquido do exercício”, além da criação da linha “imposto de renda e contribuição social pagos” e do ajuste do valor da linha “impostos, taxas e contribuições”, ambas no grupo de “atividades operacionais”.

Nas Demonstrações de Valor Adicionado, o item “receitas relativas a construção de ativos” foi apresentado em 2010 pelo líquido entre as receitas e despesas de construção. O referido item passou a refletir apenas a receita de construção, e a despesa de construção passou a integrar o item “custo dos serviços vendidos”. No grupo “pessoal” foi criada a linha de “participação dos empregados nos lucros”, cujo valor estava na linha “remuneração direta”.

No primeiro quadro da Nota 07 foi incluída a linha “outros”.

Os saldos iniciais dos custos e amortização/depreciação das Notas 09 e 10 do Consolidado foram remanejadas, tanto entre as linhas quanto entre as colunas, para espelhar de forma correta os saldos de cada grupo, sem alterar, no entanto, o saldo líquido final.

No primeiro quadro da Nota 11 foi retirada a linha de “juros sobre o capital próprio”, pois este item está comentado na Nota 18.

Na Nota 12 letra “c” em 2010 no item da remuneração da 2ª série da subscrição da 4ª emissão de debêntures, constava IPC + 1,55% a.a., dado constante do contrato de promessa de subscrição de debêntures simples. No entanto, no instrumento particular de escritura da 4ª emissão, a remuneração definitiva passou para IPCA + 9,046555% a.a.

Nos quadros de movimentação da Nota 13 foi criada uma coluna para segregar os valores de provisão tributária originários da Procuradoria Jurídica e da Divisão de Administração Tributária.

Na Nota 15, foi reclassificado em função da recomposição dos saldos das doações e subvenções e de outras diferenças temporárias.

Na Nota 18, letra “d” do relatório de 2010, foi divulgado que o valor de imposto de renda na fonte sobre os juros sobre o capital próprio era de R\$10.097. No entanto, em maio de 2011 foi recolhido mais R\$1.303 referente a complemento do JSCP de 2010. Na letra “e” da mesma nota, item “lucro por ação diluído”, na linha “conversão presumida de dívida conversível – milhares” na coluna da Controladora, foi informado erroneamente o número 377 quando o correto seria 4.520, e o item “quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação – milhares” passou de 115.306 para 119.449.

Na Nota 19, letra “b”, nos quadros Controladora e Consolidado, o percentual do “índice de capital de terceiros” foi alterado em virtude de mudança de procedimento, já que até 2010 este item era obtido pela divisão do “total dos empréstimos” pelo “total do patrimônio líquido”, e em 2011 este resultado passou a ser obtido pela divisão da “dívida líquida” pelo “total do patrimônio líquido”.

O item “participação dos empregados nos lucros” passou a compor a Nota 21, Controladora e Consolidado.

### 03. Sumário das Principais Práticas Contábeis

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### (b) Ativos financeiros

##### (i) Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis:

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros mantidos até o vencimento, depósitos em garantias, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

##### (ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade.

#### (c) Contas a receber

##### (i) De clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

A provisão para perda é calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, de acordo com os seguintes critérios:

Créditos de valores até R\$5, vencidos há mais de 180 dias:

Tais créditos, exceto os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, são considerados como perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixados contra o resultado, na rubrica despesas comerciais.

Créditos de valores acima de R\$5, vencidos há mais de 180 dias:

É constituída provisão para perda ao valor recuperável para todos os créditos, exceto para os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, vencidos entre 180 e 360 dias, a crédito da rubrica provisão para devedores duvidosos e a débito do resultado.

Assim que o crédito ultrapassa 360 dias de atraso, o mesmo é baixado da rubrica de contas a receber contra a conta de provisão para devedores duvidosos.

Outros créditos a receber de órgãos do Governo Municipal e Federal:

Os créditos a receber de órgãos dos Poderes Federal e Municipal, decorrentes de convênios, contratos e outras operações, vencidos há mais de 360 dias, são integralmente provisionados.

Valores a receber do Governo de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH):

A Companhia não constitui provisão para perda dos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais em razão de inexistência de histórico de inadimplência. Os créditos junto à PBH não pagos até a data do repasse tarifário ao Fundo Municipal de Água e Esgoto são descontados integralmente do valor a ser repassado, não sendo necessária a provisão para perdas.

Provisão complementar:

A Administração também constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para devedores duvidosos.

(ii) Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

(d) Moedas e Conversão em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

(e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

(f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

(g) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme item (s) desta nota, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, reconhecido conforme Nota 05, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.



A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

#### Direito de uso

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela COPASA de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão.

Estes direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

#### Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquirir as mesmas e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

#### (h) Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	<u>Anos</u>
Edificações	25 – 40
Máquinas	10 – 15
Veículos	3 – 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 – 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as edificações da Companhia.

O valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo ou do grupo de ativos ao qual pertence for maior do que seu valor recuperável estimado (conforme item (i) desta nota).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

(i) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia, a cada encerramento do exercício social, se há indício de perdas no valor recuperável de seus ativos. Caso haja esse indício, ou quando este teste anual da perda no valor recuperável de um ativo é requerido, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo corresponde ao valor justo de um ativo ou da unidade geradora de caixa (CGU), menos os custos de venda, ou o seu valor em uso baseado no modelo do fluxo de caixa descontado, dos dois o menor, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou CGU ultrapassar o seu valor recuperável, considera-se ter havido perda no valor recuperável do ativo, sendo ajustado ao seu valor recuperável. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo. Um modelo adequado de avaliação é utilizado para determinar o valor justo menos custo de venda. Esses cálculos são confirmados por múltiplos de avaliação e outros indicadores de valor justo disponíveis.

Perdas no valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para ativos que excluem ágio, uma avaliação é feita a cada encerramento do exercício social sobre a existência de qualquer indício de que as perdas ao valor recuperável anteriormente reconhecidas não mais existam ou possam ter sofrido redução. Se existir esse indício, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda de valor recuperável anteriormente reconhecida é estornada apenas se tiver ocorrido uma mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que a última perda de valor recuperável foi reconhecida. O estorno é limitado de forma que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu valor recuperável, nem o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda de valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esse estorno é reconhecido na demonstração do resultado.

(j) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

(i) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (dias), sendo, em razão disso, reconhecido como sendo de valor justo.

(ii) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(iii) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(k) Provisões

As provisões tributárias e para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto corrente que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

(l) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados.

Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e são registrados no resultado, na rubrica despesas financeiras. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, esses juros sobre o capital próprio são revertidos da rubrica de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

(m) Tributação

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

(i) Imposto de renda corrente

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço, da controladora e suas controladas que geram lucro real. A Administração avalia, periodicamente, a posição assumida em declarações de impostos com relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

(ii) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- onde o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário; e
- a respeito das diferenças tributárias temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias, onde o tempo da reversão da diferença temporária pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados exceto quando:

- o imposto diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é considerado uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário; e
- a respeito das diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos tributários diferidos ajustados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas serem aplicáveis no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

(iii) Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

<b>Impostos</b>	<b>Alíquota %</b>
PIS/PASEP – Programa de integração social	1,65
COFINS – Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (*)	7,00 a 18,00
(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.	

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

(n) Benefícios a empregados

(i) Obrigações de aposentadoria

A Companhia implantou em 29 de outubro de 2010 uma nova estratégia previdencial, a qual definiu o fechamento do Plano de Benefício Definido para novas adesões naquela data e a criação do Plano de Benefício Saldado e do novo Plano de Contribuição Definida. O resultado dessa estratégia está demonstrado na Nota 17, onde se verifica a significativa redução dos riscos para a Companhia e para os empregados, decorrente das migrações realizadas entre os planos.

O Plano de Benefício Saldado é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data de implantação da nova estratégia. Esse plano receberá apenas as contribuições para a cobertura de despesas administrativas e apesar de estudos não apontarem possibilidade de insuficiência financeira, em razão dos superávits gerados pelos ativos do plano, face a diferença ocorrida entre o valor da correção dos benefícios calculado pela variação do INPC e os rendimentos dos ativos calculados por taxas de mercado, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes de forma paritária.

O Plano de Contribuição Definida funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições do participante e da patrocinadora que são depositadas em conta individual de cada participante. Todas as contribuições recebidas são aplicadas no mercado financeiro. Além disso, durante a permanência na Companhia, o participante pode programar a formação dessa poupança de acordo com a sua disponibilidade financeira. A contribuição da patrocinadora será igual a contribuição do participante, que por sua vez é correspondente à aplicação de um percentual de 3% a 10%, conforme opção do participante, sobre o seu salário efetivo.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos acima referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período base anterior ultrapassarem 10% da obrigação ou o valor justo dos ativos dos planos naquela data, dos dois o maior. Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam dos planos.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas participação sobre lucros a pagar aos empregados, no passivo circulante, e participação nos lucros e resultados/empregados, no resultado. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

(o) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

(p) Capital social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

(q) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção (IAS 11), segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico – financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. Essa receita passou a ser atribuída, a partir de 1º de janeiro de 2009, com base na taxa do custo ponderado médio de capital – WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras, e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços e materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.



(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

(iv) Venda de produtos

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

(r) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado pelos órgãos competentes ou pago, o que ocorrer primeiro.

O valor que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

(s) Contratos de concessão

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, com interveniência do Estado de Minas Gerais. Os contratos de concessão foram reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível este direito de cobrar dos usuários durante período de concessão, sendo o valor amortizado conforme divulgado no item (g) desta nota.

Adicionalmente, a Companhia possui em todos os seus contratos, exceto nos Municípios de Ipatinga e Além Paraíba, um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos, a Companhia reconheceu um ativo financeiro, descontado a valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão, conforme divulgado no item (c) desta nota.

(t) Custos dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Conforme permitido pela ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

(u) Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com as suas Subsidiárias Integrais, as transações financeiras mantidas com o pessoal chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

(v) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

## **04. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas**

A preparação das informações financeiras do exercício da controladora e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Os principais assuntos sujeitos a julgamento e estimativas podem ser assim descritos:

(i) Reconhecimento de receita de construção

A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de prestação de serviços de construção acordados a preço fixo. O uso do método POC requer que a Companhia estime os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados. Se a proporção dos serviços realizados em relação ao total dos serviços contratados apresentasse uma diferença acima de 10% em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no exercício aumentaria em R\$123.744. Caso a diferença fosse inferior a 10% em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no exercício sofreria queda de R\$26.256.

(ii) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de juros de desconto apropriada ao final de cada exercício, que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera que a taxa de desconto no Brasil, para fins de atendimento ao disposto nas normas contábeis, deve ser obtida com base nos retornos oferecidos pelos títulos do governo (NTN-B) na data-base da avaliação atuarial, sem ajustes em função de fatores de risco Brasil ou expectativas futuras de oscilações na rentabilidade destes títulos.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 17.

(iii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

Impostos diferidos ativo são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e valores estimados de lucros tributáveis futuros, juntamente com futuras estratégias de planejamento fiscal.

Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 15.

(iv) Perda do valor recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos incrementais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

## 05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 875 localidades do Estado de Minas Gerais. Os contratos de concessão são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 anos e 99 anos, sendo todos os contratos bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – ARSAE – MG e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

Os prazos das principais concessões bem como as principais alterações ocorridas nos contratos de concessão ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estão descritas na Nota 01.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2011, R\$321.179 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$280.053 em 31 de dezembro de 2010). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados aos respectivos contas a receber. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia no exercício estão demonstrados abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas de construção	701.256	915.508
Custos de construção	(687.301)	(893.606)

## 06. Caixa e Equivalentes de Caixa

### (a) Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Recursos em caixa e bancos	34.632	40.318
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	206.904	35.475
<b>Total</b>	<b>241.536</b>	<b>75.793</b>

  

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Recursos em caixa e bancos	35.174	41.509
Certificados de depósitos bancários de curto prazo	207.197	36.143
<b>Total</b>	<b>242.371</b>	<b>77.652</b>

A Companhia mantém aplicados os recursos próprios provenientes de sua atividade, em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, que no exercício de 2011, foi de 75% a 113% (98,50% a 115% no exercício de 2010). As receitas financeiras no exercício de 2011 totalizaram R\$27.077 (R\$22.915 no exercício de 2010), sendo R\$20.559 (R\$16.096 em 2010) relativo às aplicações financeiras com resgate inferior a 90 dias e R\$5.324 (R\$3.865 em 2010) às aplicações financeiras com resgate superior a 90 dias, além de R\$1.194 relativo à caução das debêntures (R\$2.954 em 2010).

Nos exercícios de 2011 e de 2010, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### (b) Movimentação das aplicações financeiras

	<b>Controladora</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>35.475</b>	<b>222.686</b>
Novas aplicações	1.879.004	1.857.203
Rendimentos	20.559	16.096
Resgates	(1.728.134)	(2.060.510)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>206.904</b>	<b>35.475</b>

  

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>36.143</b>	<b>222.910</b>
Novas aplicações	1.882.610	1.859.383
Rendimentos	20.610	16.130
Resgates	(1.732.166)	(2.062.280)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>207.197</b>	<b>36.143</b>

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

## 07. Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
A vencer	74.096	64.719	75.530	68.054
Vencidos até 30 dias	66.010	62.918	66.395	62.918
Vencidos de 31 até 60 dias	30.040	28.289	30.266	28.289
Vencidos de 61 até 90 dias	15.753	12.594	15.915	12.594
Vencidos de 91 até 180 dias	25.322	21.230	25.683	21.230
Vencidos acima de 180 dias	55.484	37.809	57.060	37.809
Valores faturados	266.705	227.559	270.849	230.894
Valores a faturar	231.238	228.772	232.537	229.331
Contas a receber de clientes	497.943	456.331	503.386	460.225
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(26.146)	(21.480)	(27.660)	(22.651)
	471.797	434.851	475.726	437.574
Contas a receber de longo prazo	220.060	182.335	220.060	182.335
Contas a receber de clientes, líquidas	691.857	617.186	695.786	619.909
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (a)	-	56.365	-	56.365
Cauções em garantias de empréstimos e debêntures (b)	131.778	100.986	131.778	100.986
Créditos com controladas (c)	76.048	59.970	-	-
Aplicação financeira vinculada (d)	35.973	41.621	35.973	41.621
Aplicação financeira vinculada (e)	292.918	-	292.918	-
Outros	16.534	14.982	17.241	15.952
<b>Total</b>	<b>1.245.108</b>	<b>891.110</b>	<b>1.173.696</b>	<b>834.833</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>(773.311)</b>	<b>(399.894)</b>	<b>(697.970)</b>	<b>(340.894)</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>471.797</b>	<b>491.216</b>	<b>475.726</b>	<b>493.939</b>

Em 31 de dezembro de 2011, do total das contas a receber de clientes, R\$525.394 estavam adimplentes (R\$475.826 em dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, as contas a receber de clientes no valor de R\$123.484 (R\$113.171 em dezembro de 2010) encontram-se vencidas, mas não possuem provisão para perdas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010
Até três meses	104.636	97.986
De três a seis meses	18.221	14.649
Estado de Minas Gerais	627	536
<b>Total</b>	<b>123.484</b>	<b>113.171</b>

Em 31 de dezembro de 2011, as contas a receber de clientes no total de R\$26.146 (R\$21.480 em dezembro de 2010) estavam vencidas e consideradas irrecuperáveis. As contas a receber individualmente irrecuperáveis referem-se principalmente a clientes prestadores de serviço na área da saúde, para os quais a COPASA, em virtude de sua política e imagem social, não interrompe os serviços de fornecimento de água tratada e esgotamento sanitário. Segundo avaliação da Administração, uma parcela dessas contas a receber pode ser recuperada. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	31/12/2011	31/12/2010
A vencer	728	770
Vencidos até 30 dias	905	526
Vencidos de 31 a 60 dias	930	737
Vencidos de 61 a 90 dias	975	716
Vencidos de 91 a 180 dias	3.053	2.502
Vencidos de 181 a 360 dias	5.219	4.516
Vencidos acima de 360 dias	14.336	11.713
<b>Total</b>	<b>26.146</b>	<b>21.480</b>

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas apenas em Reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	2011	
	Controladora	Consolidado
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>21.480</b>	<b>22.651</b>
Provisão para perdas de contas a receber	43.972	45.015
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(39.306)	(40.006)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>26.146</b>	<b>27.660</b>

A provisão para perdas do valor recuperável do “contas a receber” foi registrada no resultado do exercício como "despesas comerciais". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais contas a receber não contêm ativos com perda do valor recuperável.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém receitas tarifárias como garantia em financiamentos (Nota 19).

- a) Refere-se a aplicações financeiras negociadas com prazo de resgate superior a 90 dias;
- b) As cauções em garantia de empréstimos e debêntures estão detalhadas no item “b” da Nota 12;
- c) Refere-se a contratos de mútuo e a despesas com salários e encargos de funcionários cedidos pela COPASA às suas subsidiárias e que estão sendo reembolsados de acordo com o previsto contratualmente, sendo R\$57.541 referente às Águas Minerais, R\$17.139 referente à Copanor e R\$1.368 referente à Serviços de Irrigação (R\$43.441, R\$14.916 e R\$1.613 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente);
- d) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas – ANA, em poder da COPASA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, a ser transferido na forma de pagamento pelo esgotamento sanitário tratado da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Onça - ETE Onça, no Município de Belo Horizonte e da estação de tratamento de esgoto - ETE Betim Central, no Município de Betim, quando do cumprimento das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia também mantém esses recursos em seu exigível a longo prazo, em conta de depósito para obras (Nota 11). Em março e agosto de 2011 foram liberadas as quatro parcelas referentes ao cumprimento da segunda etapa na ETE Onça, no valor de R\$4.492 e R\$4.674, respectivamente;
- e) Os recursos provenientes da integralização da 5ª emissão de debêntures (Nota 12 letra “c”) foram depositados em favor da COPASA em conta de liquidação mantida pela Caixa Econômica Federal. A liberação de recursos da conta de liquidação para a conta de livre movimentação será efetuada de acordo com o cronograma físico financeiro de cada projeto, mediante solicitação expressa da COPASA, e dependerá de prévia comprovação ao Agente Fiduciário do cumprimento das condições de liberação previstas na referida escritura. Os valores disponíveis na conta de liquidação que não tenham sido destinados para o desenvolvimento dos projetos, serão investidos em cotas do fundo de investimento caixa corporativo II referenciado DI longo prazo ou em quaisquer outros fundos de investimento em renda fixa administrados pela Caixa Econômica Federal.

## 08. Investimentos

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Em sociedades controladas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial		
Águas Minerais	1	1
Copanor	1	1
Serviços de Irrigação	1	1
	<b>3</b>	<b>3</b>
Em sociedades avaliadas pelo método de custo		
Foz de Jeceaba	21.800	-
Outros	260	260
	<b>22.060</b>	<b>260</b>
<b>Total</b>	<b>22.063</b>	<b>263</b>



	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Em sociedades avaliadas pelo método de custo		
Foz de Jeceaba	21.800	-
Outros	260	260
<b>Total</b>	<b>22.060</b>	<b>260</b>

As principais informações sobre as controladas são como segue:

Subsidiárias	AFAC	Passivo a descoberto	Capital social	Prejuízo acumulado	Número de ações	Participação Copasa (%)
<b>31/12/2011</b>						
Águas Minerais	(20.243)	(31.046)	13.929	(65.219)	13.929	100
Copanor	-	(13.665)	1	(13.664)	1	100
Serviços de Irrigação	-	(893)	1	(894)	1	100
<b>31/12/2010</b>						
Águas Minerais	(19.356)	(34.799)	13.929	(48.728)	13.929	100
Copanor	-	(11.483)	1	(11.484)	1	100
Serviços de Irrigação	-	(1.029)	1	(1.030)	1	100

A movimentação dos investimentos em controladas é a seguinte:

	31/12/2010	Equivalência patrimonial	31/12/2011
Águas Minerais	1	-	1
Copanor	1	-	1
Serviços de Irrigação	1	-	1
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>3</b>

Em 31 de dezembro de 2011, as subsidiárias apresentam passivo a descoberto de R\$45.607 (R\$27.957 em dezembro de 2010), para o qual a Companhia constituiu provisão para perdas. Essa provisão está registrada no “passivo não circulante”, na rubrica “obrigações diversas”.

	31/12/2010	AFAC	Equivalência patrimonial	31/12/2011
Águas Minerais	(15.443)	887	(16.491)	(31.047)
Copanor	(11.484)	-	(2.182)	(13.666)
Serviços de Irrigação	(1.030)	-	136	(894)
<b>Total</b>	<b>(27.957)</b>	<b>887</b>	<b>(18.537)</b>	<b>(45.607)</b>

A Copasa Águas Minerais apresenta prejuízos acumulados e deficiência de capital de giro. As operações dessa controlada iniciaram-se em setembro de 2008, e em função de custos elevados de produção não conseguiu ainda atingir as metas de vendas projetadas.

A Copasa Águas Minerais está em processo de revisão de sua estrutura de custos e estudos de viabilização de seus negócios. A continuidade operacional desta controlada dependerá de reestruturação operacional visando sua adequação no contexto do mercado em que atua bem como ao suporte financeiro da controladora. As demonstrações contábeis da Copasa Águas Minerais, base para a equivalência patrimonial e consolidação da Companhia, foram preparadas no pressuposto de sua continuidade e não incluem ajustes relativos à realização e classificação de seus ativos nem a valorização de seus passivos, que poderiam ser requeridos na impossibilidade dessa subsidiária continuar operando.

O Conselho de Administração da COPASA MG autorizou, em 28 de janeiro de 2010, a realização de investimento no valor de R\$21.800, de forma minoritária, na Sociedade Propósito Específico em conjunto com as empresas Odebrecht Engenharia Ambiental e Lumina Resíduos Industriais S.A., correspondendo a uma participação de 15,5%. Este investimento foi efetivado em janeiro de 2011, com a integralização de capital na referida sociedade. Os investimentos realizados na Companhia FOZ DE JECEABA são reconhecidos pelo custo em função da participação de apenas 15% do seu capital e em razão de não exercer influência sobre os negócios e as políticas financeiras e operacionais da referida Companhia.

## 09. Intangível

Controladora						
Custo	Sistemas de água	Esgotamento sanitário	Direitos de uso	Outros (*)	Em formação	Total
<b>Saldo contábil em 31/12/2010</b>	<b>3.823.739</b>	<b>2.260.213</b>	<b>276.835</b>	<b>(160.288)</b>	<b>2.461.843</b>	<b>8.662.342</b>
Adições	63.316	43.136	22.541	4.619	625.798	<b>759.410</b>
Baixas	(12.816)	(1.523)	(12.258)	(1.567)	(27.582)	<b>(55.746)</b>
Transferências (**)	517.889	588.538	1.692	(21.001)	(1.132.587)	<b>(45.469)</b>
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>4.392.128</b>	<b>2.890.364</b>	<b>288.810</b>	<b>(178.237)</b>	<b>1.927.472</b>	<b>9.320.537</b>
<b>Amortização</b>						
<b>Saldo contábil em 31/12/2010</b>	<b>(2.320.370)</b>	<b>(662.055)</b>	<b>(39.036)</b>	<b>(9.150)</b>	-	<b>(3.030.611)</b>
Adições	(166.433)	(108.504)	(15.379)	9.819	-	<b>(280.497)</b>
Baixas	6.366	815	318	-	-	<b>7.499</b>
Transferências (**)	57	5	(34.219)	33.034	-	<b>(1.123)</b>
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>(2.480.380)</b>	<b>(769.739)</b>	<b>(88.816)</b>	<b>33.703</b>	-	<b>(3.304.732)</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2011</b>	<b>1.911.748</b>	<b>2.120.625</b>	<b>200.494</b>	<b>(144.534)</b>	<b>1.927.472</b>	<b>6.015.805</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2010</b>	<b>1.503.369</b>	<b>1.598.158</b>	<b>237.799</b>	<b>(169.438)</b>	<b>2.461.843</b>	<b>5.631.731</b>

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$265.655 (R\$235.305 em 2010) como custo dos serviços prestados, de R\$4.021 (R\$4.039 em 2010) como despesas comerciais e de R\$11.944 (R\$11.569 em 2010) como despesas administrativas.

(\*) Refere-se principalmente a reversão das doações.

(\*\*) Estes valores se referem a movimentações entre intangível e imobilizado.

Consolidado						
Custo	Sistemas de água	Esgotamento sanitário	Direitos de uso	Outros (*)	Em formação	Total
<b>Saldo contábil em 31/12/2010</b>	<b>4.138.579</b>	<b>2.289.715</b>	<b>229.561</b>	<b>(63.703)</b>	<b>2.461.843</b>	<b>9.055.995</b>
Adições	63.183	41.713	22.494	4.790	625.798	<b>757.978</b>
Baixas	(14.380)	(832)	(12.258)	(1.567)	(27.582)	<b>(56.619)</b>
Transferências (**)	559.597	594.238	53.906	(119.153)	(1.132.587)	<b>(43.999)</b>
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>4.746.979</b>	<b>2.924.834</b>	<b>293.703</b>	<b>(179.633)</b>	<b>1.927.472</b>	<b>9.713.355</b>
<b>Amortização</b>						
<b>Saldo contábil em 31/12/2010</b>	<b>(2.614.002)</b>	<b>(708.089)</b>	<b>(40.370)</b>	<b>(9.147)</b>	-	<b>(3.371.608)</b>
Adições	(173.893)	(107.446)	(15.137)	9.781	-	<b>(286.695)</b>
Baixas	6.828	899	319	-	-	<b>8.046</b>
Transferências (**)	2.405	(4.244)	(34.993)	34.195	-	<b>(2.637)</b>
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>(2.778.662)</b>	<b>(818.880)</b>	<b>(90.181)</b>	<b>34.829</b>	-	<b>(3.652.894)</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2011</b>	<b>1.968.317</b>	<b>2.105.954</b>	<b>203.522</b>	<b>(144.804)</b>	<b>1.927.472</b>	<b>6.060.461</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2010</b>	<b>1.524.577</b>	<b>1.581.626</b>	<b>189.191</b>	<b>(72.850)</b>	<b>2.461.843</b>	<b>5.684.387</b>

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$273.242 (R\$288.457 em 2010) como custo dos serviços prestados, de R\$4.122 (R\$3.090 em 2010) como despesas comerciais e de R\$11.968 (R\$8.627 em 2010) como despesas administrativas.

No exercício a Companhia capitalizou, na conta “obras em andamento”, juros e encargos de R\$72.041 (R\$86.558 no exercício de 2010).

(\*) Refere-se principalmente a reversão das doações.

(\*\*) Estes valores se referem a movimentações entre intangível e imobilizado.

## 10. Imobilizado

Custo	Controladora				
	Terrenos e construções	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Total
<b>Saldo contábil em 31/12/2010</b>	<b>102.656</b>	<b>175.855</b>	<b>102.690</b>	<b>142</b>	<b>381.343</b>
Adições	5.690	22.027	1.434	-	<b>29.151</b>
Baixas	(101)	(5.594)	(1.174)	-	<b>(6.869)</b>
Transferências (*)	2.034	42.087	-	-	<b>44.121</b>
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>110.279</b>	<b>234.375</b>	<b>102.950</b>	<b>142</b>	<b>447.746</b>
<b>Depreciação</b>					
<b>Saldo contábil em 31/12/2010</b>	<b>(58.115)</b>	<b>(121.261)</b>	<b>(89.998)</b>	<b>(105)</b>	<b>(269.479)</b>
Adições	(2.485)	(14.288)	(7.219)	(8)	<b>(24.000)</b>
Baixas	37	4.964	1.161	-	<b>6.162</b>
Transferências (*)	-	1.123	-	-	<b>1.123</b>
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>(60.563)</b>	<b>(129.462)</b>	<b>(96.056)</b>	<b>(113)</b>	<b>(286.194)</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2011</b>	<b>49.716</b>	<b>104.913</b>	<b>6.894</b>	<b>29</b>	<b>161.552</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2010</b>	<b>44.541</b>	<b>54.594</b>	<b>12.692</b>	<b>37</b>	<b>111.864</b>

A depreciação do exercício apropriada ao resultado, foi de R\$21.580 (R\$17.586 em 2010) como custo dos serviços prestados, de R\$327 (R\$275 em 2010) como despesas comerciais e de R\$970 (R\$789 em 2010) como despesas administrativas.

(\*) Estes valores se referem a movimentações entre intangível e imobilizado.

<b>Consolidado</b>						
<b>Custo</b>	<b>Terrenos e construções</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Veículos</b>	<b>Outros</b>	<b>Obras em Andamento</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo contábil em 31/12/2010</b>	<b>110.482</b>	<b>201.967</b>	<b>105.325</b>	<b>4.294</b>	<b>1.402</b>	<b>423.470</b>
Adições	5.718	22.489	2.098	82	349	<b>30.736</b>
Baixas	(106)	(5.850)	(1.187)	(6)	(29)	<b>(7.178)</b>
Transferências (*)	5.278	42.338	(64)	(3.458)	-	<b>44.094</b>
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>121.372</b>	<b>260.944</b>	<b>106.172</b>	<b>912</b>	<b>1.722</b>	<b>491.122</b>
<b>Depreciação</b>						
<b>Saldo contábil em 31/12/2010</b>	<b>(65.566)</b>	<b>(127.444)</b>	<b>(92.219)</b>	<b>(548)</b>	-	<b>(285.777)</b>
Adições	(2.638)	(16.060)	(7.430)	(127)	-	<b>(26.255)</b>
Baixas	42	5.497	1.173	6	-	<b>6.718</b>
Transferências (*)	(4)	(429)	149	175	-	<b>(109)</b>
<b>Saldo contábil em 31/12/2011</b>	<b>(68.166)</b>	<b>(138.436)</b>	<b>(98.327)</b>	<b>(494)</b>	-	<b>(305.423)</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2011</b>	<b>53.206</b>	<b>122.508</b>	<b>7.845</b>	<b>418</b>	<b>1.722</b>	<b>185.699</b>
<b>Saldo líquido 31/12/2010</b>	<b>44.916</b>	<b>74.523</b>	<b>13.106</b>	<b>3.746</b>	<b>1.402</b>	<b>137.693</b>

A depreciação do exercício apropriada ao resultado foi de R\$24.897 (R\$20.023 em 2010) como custo dos serviços prestados, de R\$376 (R\$552 em 2010) como despesas comerciais e de R\$1.091 (R\$1.548 em 2010) como despesas administrativas.

(\*) Estes valores se referem a movimentações entre intangível e imobilizado.

## 11. Fornecedores e Outras Obrigações

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Contas a pagar aos fornecedores	108.068	120.135
Impostos, taxas e contribuições	49.801	43.535
Parcelamento de impostos (a)	261.299	229.238
Provisão para férias	76.587	72.854
Energia elétrica (b)	24.670	44.784
Depósito para obras (c)	27.875	34.030
Provisão para perdas com investimentos (Nota 08)	45.607	27.957
Obrigações diversas	67.491	43.249
<b>Total</b>	<b>661.398</b>	<b>615.782</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(304.475)</b>	<b>(287.370)</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>356.923</b>	<b>328.412</b>

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Contas a pagar aos fornecedores	111.494	122.325
Impostos, taxas e contribuições	50.122	43.818
Parcelamento de impostos (a)	261.299	229.238
Provisão para férias	76.949	73.154
Energia elétrica (b)	24.670	44.784
Depósito para obras (c)	27.878	34.032
Obrigações diversas	67.675	43.378
<b>Total</b>	<b>620.087</b>	<b>590.729</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(258.871)</b>	<b>(259.415)</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>361.216</b>	<b>331.314</b>

A parcela não circulante é composta principalmente pelo parcelamento de impostos.

a) Parcelamento de impostos

	<b>Controladora/Consolidado</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Parcelamento de impostos (*)	10.533	24.576
Parcelamento de ISS (**) (Nota 25)	250.766	204.662
<b>Total</b>	<b>261.299</b>	<b>229.238</b>
<b>Parcela circulante</b>	<b>(41.239)</b>	<b>(36.370)</b>
<b>Parcela não circulante</b>	<b>220.060</b>	<b>192.868</b>

- (\*) Em 27 de novembro de 2009, a Companhia efetivou o pedido de parcelamento de débito relativo ao crédito-prêmio do IPI utilizado anteriormente na compensação de tributos federais no valor de R\$54.492, em doze parcelas, em conformidade com a Medida Provisória nº. 470, de 2009. Em setembro de 2010, a Companhia efetivou novo pedido de parcelamento, no valor de R\$28.086, em vinte e quatro parcelas, em complemento ao pedido anterior, com vencimento em setembro de 2012.
- (\*\*) Refere-se a termo de compensação no qual os débitos tributários e não tributários devidos pela COPASA serão compensados com os créditos relativos a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário devidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. As dívidas recíprocas estão sendo pagas em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E. Em 31 de dezembro de 2011, restam 98 parcelas e o vencimento do contrato ocorrerá em fevereiro de 2020.

b) Energia elétrica

Refere-se a parcelamento de dívida oriunda de faturas vencidas, conforme Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida formalizado junto à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG em 04 de outubro de 2004, no qual a Companhia reconheceu a dívida de R\$78.495, que foi negociada em 96 parcelas mensais e sucessivas até setembro de 2012, atualizadas pelo IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% ao mês. Em 31 de dezembro de 2011, restam 9 parcelas a serem pagas. O circulante registra ainda o valor das faturas mensais, no valor de R\$5.442 (R\$4.607 em 2010).

c) Depósito para obras

Em dezembro de 2003, a Companhia recebeu repasse de recursos provenientes do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, no valor de R\$12.636, realizados pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Onça, em Belo Horizonte. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 012/2003 assinado em 21 de novembro de 2003, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em duas parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual inicialmente previsto para 31 de dezembro de 2007 foi aditado para 1º de julho de 2013, e a solicitação de emissão da certificação pela Companhia foi requerida em 1º de julho de 2009, conforme o previsto no 3º Termo Aditivo ao referido contrato, assinado em 15 de agosto de 2007. Em novembro de 2008, outubro de 2010 e dezembro de 2011 foi reconhecido o direito ao valor repassado pela ANA pelo cumprimento total das 3 etapas previstas no contrato, nos valores de R\$7.499, R\$8.665 e R\$9.018, respectivamente. Em 2008 foi creditado R\$6.249 em receita diferida e R\$1.250 em receita financeira. Em 2009 foi reconhecida receita financeira de R\$6.249 relativo à receita diferida lançada em 2008 e R\$708 relativo a 1/3 da receita auferida pela aplicação dos recursos recebidos. Em 2010 foi creditado R\$6.499 em receita diferida e R\$2.166 em receita financeira que também foi creditada em R\$495 relativo a 1/3 da receita auferida pela aplicação dos recursos recebidos. Em 2011 foi creditado R\$6.764 em receita diferida e R\$2.254 em receita financeira que também foi creditada em R\$6.499 relativo à receita diferida lançada em 2010 e R\$708 relativo a 1/3 da receita auferida pela aplicação dos recursos recebidos. O cumprimento do cronograma estabelecido a partir do início da certificação transcorre normalmente, com o envio de relatórios trimestrais à ANA. O valor aplicado atualizado até 31 de dezembro de 2011, relativo a este repasse, é de R\$9.551 (R\$17.501 em 2010) - Nota 07.

Em dezembro de 2007, a Companhia recebeu em conta vinculada o valor de R\$18.720 relativos a novo repasse de recursos realizado pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário de Betim Central, em Betim. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 039/2007 assinado em 11 de dezembro de 2007, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. A Companhia iniciou o processo de certificação do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES em 1º de julho de 2009 e, em 15 de outubro de 2009 encaminhou relatório para a aprovação da ANA, que fez questionamentos e considerações técnicas, agendando reunião para 29 de janeiro de 2010 para esclarecimentos e continuidade do cronograma previsto. Em 2011, continuaram as tratativas acerca de ajustes técnicos do relatório que, atualmente, encontra-se em análise, em sua versão final, pela ANA. Recebida a aprovação para a primeira medição, a Companhia terá disponibilizado o equivalente a 1/12 avos dos recursos existentes em conta vinculada. Dessa forma, a cada três meses a Companhia deverá emitir relatório de cumprimento de metas e enviá-lo para aprovação da ANA, até completar as doze medições previstas em contrato. Ressalte-se, entretanto, a possibilidade de renegociar com a agência datas de realização de novas medições, devido a não conclusão de empreendimentos que influirão no cumprimento de metas. O valor aplicado atualizado até 31 de dezembro de 2011, relativo a este repasse, é de R\$26.422 (R\$24.120 em 2010) - Nota 07.

Em 21 de dezembro de 2011, a Companhia assinou contrato visando o repasse de recursos pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário de Ibité. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 099/2011, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual é 31 de dezembro de 2018.



## 12. Empréstimos e Debêntures

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Circulante		
Governo Estadual/BDMG	4.717	5.429
Caixa Econômica Federal	114.916	100.910
Tesouro Nacional	36.875	34.733
BNDES – BNE	54.074	3.469
Notas Promissórias – Citibank	155.924	-
União Federal – bônus	4.719	5.419
<b>Empréstimos bancários e financiamentos</b>	<b>371.225</b>	<b>149.960</b>
Debêntures simples	102.715	96.866
Debêntures conversíveis	69.742	502
<b>Debêntures</b>	<b>172.457</b>	<b>97.368</b>
<b>Total circulante</b>	<b>543.682</b>	<b>247.328</b>
Não circulante		
Governo Estadual/BDMG	7.756	11.472
Caixa Econômica Federal	613.804	652.225
Tesouro Nacional	41.806	77.397
BNDES – BNE	533.973	370.945
União Federal – bônus	51.031	49.040
<b>Empréstimos bancários e financiamentos</b>	<b>1.248.370</b>	<b>1.161.079</b>
Debêntures simples	952.614	568.025
Debêntures conversíveis	65.293	133.740
<b>Debêntures</b>	<b>1.017.907</b>	<b>701.765</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>2.266.277</b>	<b>1.862.844</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>2.809.959</b>	<b>2.110.172</b>

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Valores			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2010
Empréstimos bancários e financiamentos	1.619.595	1.719.016	1.311.039	1.209.374
Debêntures simples	1.055.329	1.012.141	664.891	566.108
Debêntures conversíveis	135.035	134.532	134.242	134.629
<b>Total</b>	<b>2.809.959</b>	<b>2.865.689</b>	<b>2.110.172</b>	<b>1.910.111</b>

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

<b>Linhas</b>	<b>Taxa contratual</b>	<b>Período meses</b>	<b>Taxa de mercado</b>	<b>Observações</b>
Governo Estadual/BDMG	9,03%	39	7,33%	Taxa CEF por não existir similar
CEF/FGTS	9,87%	198	7,33%	Cotação da taxa da CEF em dez/11
Tesouro Nacional	5,38%	25	7,33%	Taxa CEF por não existir similar
BNDES/BNE	7,57%	121	7,55%	Cotação da taxa do BNDES/BNE em dez/11
Nota promissória	12,50%	09	12,50%	Taxa contratual por não existir similar
União Federal	4,70%	148	7,33%	Taxa CEF por não existir similar
Debêntures simples	8,87%	122	9,95%	Cotação taxa do BNDES/BND em dez/11
Debêntures conversíveis	8,30%	18	8,30%	Cotação taxa do BNDES/BNA em dez/11

a) Empréstimos bancários e financiamentos

Em 18 de julho de 2011, a Companhia e o Citibank assinaram contrato de coordenação, colocação e distribuição pública de Notas Promissórias Comerciais, em regime de garantia firme, da 1ª emissão da COPASA MG. O montante é de R\$148.000, dividido em 37 NP's em série única de R\$4.000 cada uma, com prazo de vencimento de 360 dias, e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, na data do vencimento, incidentes sobre seu valor nominal unitário, correspondentes à variação acumulada de 105,2% da taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”.

Os recursos captados por esta modalidade serão utilizados pela emissora no complemento de seu Programa de Investimentos.

Os empréstimos e financiamentos bancários têm vencimento até 2032 e cupons médios de 8,70% ao ano (8,46% ao ano em 31 de dezembro de 2010). As parcelas de longo prazo vencem como segue:

<b>Ano de vencimento</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
2012	-	184.773
2013	212.188	185.705
2014	175.683	148.900
2015	141.171	115.919
2016	106.814	83.963
2017	72.858	51.583
2018 até 2032	539.656	390.236
<b>Total</b>	<b>1.248.370</b>	<b>1.161.079</b>

Os valores contábeis dos empréstimos da Companhia em moeda estrangeira totalizam R\$55.750 (R\$54.459 em 2010).

## b) Garantias dos empréstimos bancários e financiamentos

Em relação aos financiamentos, a Companhia oferece as seguintes garantias:

### Contratos em moeda estrangeira

#### União Federal - bônus:

São garantidos até o saldo do contrato pelo aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Para o Discount Bond e o Par Bond existe garantia acessória na qual a Companhia mantém conta reserva no Banco do Brasil no montante de R\$35.192, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$24.639 em 2010), mediante aplicação da média dos preços dos Bônus de Cupom Zero do Tesouro dos Estados Unidos da América, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos.

### Contratos em moeda nacional

#### Financiamentos com cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos:

- Visando aperfeiçoar e ampliar os sistemas operados, a Companhia havia obtido recursos, entre 1995 e 2001, junto a diversos órgãos financiadores, e, em 29 de outubro de 2002, estes contratos foram englobados no Termo de Vinculação de Receitas assinado entre a Companhia, a Caixa Econômica Federal, designada como operadora, e o Unibanco, como agente financeiro, e através do qual foram liberados novos recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Em 04 de julho de 2006 foram celebrados novos contratos de cessão fiduciária e de vinculação de créditos para liberação de novos recursos do FGTS, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos, que substituiu os programas existentes anteriormente, com o Bradesco e o Itaú também passando a atuar como agentes financeiros dos recursos. Como garantia a Companhia oferece:
  - Cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela COPASA aos seus consumidores privados, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$17.000 e R\$15.300 ao mês, não cumulativos, corrigidos pelo IPCA divulgado pela FIP;
  - Cessão fiduciária de parcela dos direitos da cedente contra a Caixa Econômica Federal, relativos ao fundo de liquidez, composto pelos recursos depositados na conta vinculada e na conta reserva, que deve corresponder a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos é de R\$25.862 (R\$24.158 em 2010).

- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinados a otimização e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de concessão, estão garantidos pela cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$3.000 e R\$23.000 ao mês, corrigidos anualmente pelo IPCA do IBGE, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponda a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$26.527 (R\$7.049 em 2010).
- Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, dentro do programa CAIXA PAC – 2009 destinados a ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de concessão, estão garantidos pelo penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida nos municípios onde as obras serão realizadas, no valor de 3 (três) vezes o encargo mensal, creditado em conta centralizadora, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponda a 1 (uma) vez o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$555 (R\$176 em 2010).

#### Outros financiamentos:

Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, destinados à execução de obras e serviços de expansão de redes e ligações prediais, estão garantidos por depósitos em conta de caução cujo saldo mínimo corresponde a 1 (uma) vez o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 09 de dezembro de 2003, e a 3 (três) vezes o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 30 de junho de 2004, calculados com base na última cobrança disponível para estes contratos. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$9.918 (R\$8.816 em 2010).

Os financiamentos relativos ao Governo Estadual/BDMG e ao Tesouro Nacional são garantidos por aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia.

O financiamento relativo às Notas Promissórias obtido junto ao Citibank não exige garantias financeiras.

c) Debêntures simples e conversíveis

Subscrições/séries	Data da subscrição	Controladora/Consolidado			
		31/12/2011		31/12/2010	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Debêntures não conversíveis</b>					
Subscrição 1ª. Emissão					
1ª e 2ª	30/06/2004	7.815	12.245	7.846	19.978
3ª e 4ª	09/11/2004	7.815	12.245	7.846	19.978
5ª e 6ª	29/07/2004	7.815	12.245	7.846	19.978
7ª	19/12/2005	3.907	6.122	3.923	9.989
8ª e 9ª	24/04/2006	7.815	12.244	7.847	19.978
10ª	19/12/2006	3.907	6.122	3.923	9.989
11ª e 12ª	23/03/2007	7.815	12.244	7.847	19.978
<b>Total 1ª emissão</b>		<b>46.889</b>	<b>73.467</b>	<b>47.078</b>	<b>119.868</b>
Subscrição 3ª. Emissão					
1ª a 6ª	06/12/2007	16.299	110.945	16.355	126.795
7ª	25/09/2008	2.717	18.491	2.726	21.132
8ª	06/12/2008	8.149	55.472	8.178	63.397
9ª a 11ª	30/03/2009	8.149	55.472	8.178	63.397
12ª a 14ª	27/11/2009	2.717	18.491	2.726	21.132
15ª a 17ª	26/05/2010	8.150	55.473	8.178	63.397
18ª	02/07/2010	2.717	18.491	2.726	21.133
<b>Total 3ª emissão</b>		<b>48.898</b>	<b>332.835</b>	<b>49.067</b>	<b>380.383</b>
Subscrição 4ª. Emissão					
1ª	27/12/2010	3.395	222.210	721	67.774
2ª	24/11/2011	1.198	36.102	-	-
<b>Total 4ª emissão</b>		<b>4.593</b>	<b>258.312</b>	<b>721</b>	<b>67.774</b>
Subscrição 5ª. Emissão					
Única	27/10/2011	2.335	288.000	-	-
<b>Total 5ª emissão</b>		<b>2.335</b>	<b>288.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total não conversíveis</b>		<b>102.715</b>	<b>952.614</b>	<b>96.866</b>	<b>568.025</b>
<b>Debêntures conversíveis</b>					
Subscrição 2ª. Emissão					
Única	28/08/2007	43.313	39.050	316	81.255
Única	06/09/2007	25.180	25.002	177	50.004
Única	03/12/2007	1.249	1.241	9	2.481
<b>Total conversíveis</b>		<b>69.742</b>	<b>65.293</b>	<b>502</b>	<b>133.740</b>
<b>Total de debêntures</b>		<b>172.457</b>	<b>1.017.907</b>	<b>97.368</b>	<b>701.765</b>

## Debêntures não conversíveis

### Subscrição 1ª emissão:

Em junho de 2004, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Foram 300 (trezentas) debêntures de R\$1.000, cuja emissão foi realizada em 12 (doze) séries de R\$25.000 cada uma. O preço de subscrição de cada série foi equivalente ao valor nominal acrescido dos juros abaixo mencionados, calculados pró-rata temporis, desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição, e os termos e condições contratuais foram os seguintes:

Data de emissão	15 de junho de 2004
Prazo	10 anos
Carência do principal	36 meses
Amortização	84 meses
Vencimento final	15 de julho de 2014
Remuneração	TJLP + 3,58% a.a.
Garantia	20% da receita arrecadada, mais a conta reserva

Essa 1ª emissão está garantida por 20% da receita tarifária da Companhia e por uma conta reserva cujo saldo mínimo corresponde ao pagamento de três parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2011, o montante caucionado é de R\$14.205 (R\$15.465 em 2010).

Os recursos dessa emissão destinam-se ao financiamento de projetos de ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas áreas de concessão.

### Subscrição 3ª emissão:

Em dezembro de 2007, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, constituídas por 450 (quatrocentos e cinquenta) debêntures de R\$1.000, cuja emissão está sendo realizada em 18 (dezoito) séries de R\$25.000 cada uma, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	01 de junho de 2007
Prazo	12 anos
Carência do principal	30 meses
Amortização	114 meses
Vencimento final	15 de dezembro de 2019
Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
Garantia	Flutuante e com cessão e vinculação de recebíveis, mais a conta reserva

Essa 3ª emissão está garantida pelo valor mensal mínimo de R\$18.000, atualizado anualmente pelo IPCA, relativo à receita tarifária da Companhia e por uma conta reserva, cujo saldo mínimo corresponda ao pagamento de 3 (três) parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2011, o montante caucionado é de R\$19.519 (R\$20.683 em 2010).

#### Subscrição 4ª emissão:

Em julho de 2010, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, cuja emissão está sendo realizada em 3 (três) séries, sendo que a primeira e terceira séries, no valor de R\$222.210 e R\$296.280, respectivamente, serão mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e a segunda série, no valor de R\$222.210 será mediante subscrição exclusiva pelo BNDES Participações S.A – BNDESPAR. A primeira e a segunda séries serão constituídas por 3.000 (três mil) debêntures cada, e a terceira por 4.000 (quatro mil) debêntures, totalizando 10.000 (dez mil) debêntures de R\$74,07 cada uma, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	15 de julho de 2010
Prazo	144 meses para 1ª e 3ª séries e 145 meses para 2ª série
Carência do principal	36 meses para 1ª e 3ª séries e 37 meses para 2ª série
Amortização	108 meses para 1ª e 3ª séries e 09 anuais para 2ª série
Vencimento final	15 de dezembro de 2022
Remuneração	TJLP + 1,55% a.a. para 1ª e 3ª séries e IPCA + 9,046555% a.a. para 2ª série
Garantia	Cessão fiduciária

Essa 4ª emissão está garantida pelos direitos creditórios relativos à receita tarifária da Companhia correspondente à parcela mensal de R\$32.000, atualizado anualmente pelo IPCA, e pelos direitos creditórios detidos pela Companhia contra o “Banco Depositário”, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na “Conta Vinculada” destinada a operacionalizar a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

#### Subscrição 5ª emissão:

Em agosto de 2011, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pela Planner Truste DTVM Ltda., constituídas por 288.000 (duzentas e oitenta e oito mil) debêntures de R\$1.000, cuja emissão foi realizada em série única no valor total de R\$288.000, cujos termos e condições contratuais foram os seguintes:

A liberação dos recursos da “conta de liquidação” para a “conta de livre movimentação” será efetuada de acordo com o cronograma físico financeiro de cada projeto, mediante solicitação expressa da emissora e dependerá de prévia comprovação junto ao agente fiduciário das condições constantes no contrato:

Data de emissão	20 de setembro de 2011
Prazo	240 meses
Carência do principal	42 meses
Amortização	198 meses
Vencimento final	30 de setembro de 2031
Remuneração	TR + 9% a.a.
Garantia	Cessão e vinculação de recebíveis

Essa 5ª emissão está garantida por parcela da receita tarifária da Companhia equivalente ao valor mensal não inferior a 4,5% sobre o saldo devedor das debêntures em 31 de dezembro de cada ano, pelas contas cedidas e pela totalidade das quotas dos investimentos permitidos detida pela Companhia.

Os recursos dessa emissão destinam-se ao desenvolvimento dos projetos de saneamento básico da Companhia.

Debêntures conversíveis

Subscrição 2ª emissão:

Em 16 de julho de 2007 a Companhia assinou Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, no valor de R\$141.024, com os seguintes termos e condições:

Data de emissão	01 de junho de 2007
Quantidade de debêntures	1.130.000
Valor nominal unitário em reais	R\$124,80
Carência do principal	59 meses
Amortização	1º de junho de 2012 e 1º de junho de 2013
Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
Garantia	Flutuante

O valor justo do componente financeiro registrado no passivo foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o valor da opção de conversão de capital, está incluído no patrimônio líquido em reservas de lucros (Nota 18).

Foi assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição das debêntures na proporção do número de ações de emissão da COPASA que possuíam no dia 30 de julho de 2007, sendo que para subscrever 01 (uma) debênture, seria necessário que o acionista possuísse 102 (cento e duas) ações da COPASA. O prazo para exercer o direito de preferência era de 30 dias contados a partir do dia 30 de julho de 2007, data da publicação do Aviso aos Acionistas, vencido, portanto, no dia 28 de agosto de 2007. As ações da COPASA (CSMG3) foram negociadas ex direito de subscrição de debêntures desde o dia 31 de julho de 2007.

O período para opção pela conversão é de 02 de junho de 2008 a 31 de maio de 2012, quando cada debênture pode ser convertida em quatro ações ordinárias de nossa emissão, e entre 01 de junho de 2012 e 31 de maio de 2013, quando cada debênture poderá ser convertida em duas ações ordinárias de nossa emissão, ao preço de R\$31,20 por ação, atualizado conforme os termos da escritura. Até 31 de dezembro de 2011 já foram efetuadas as seguintes conversões:



Data	Quantidade	
	Debêntures convertidas	Ações ordinárias
04/08/2008	188	752
06/03/2009	5.396	21.584
12/03/2009	973	3.892
01/04/2009	20.595	82.380
18/06/2009	2.039	8.156
02/07/2009	4.208	16.832
21/07/2009	240	960
29/11/2011	314	1.256
<b>Total</b>	<b>33.853</b>	<b>135.812</b>

O título de dívida conversível reconhecido no balanço patrimonial é calculado como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Componente do passivo no início do período	134.242	134.629
Conversão de debêntures	-	-
Despesa financeira	11.683	11.684
Juros pagos	(10.890)	(12.071)
<b>Componente do passivo ao final do período</b>	<b>135.035</b>	<b>134.242</b>

O valor justo do componente do passivo do título de dívida conversível em 31 de dezembro de 2011 totaliza R\$135.035. O valor justo é calculado utilizando-se os fluxos de caixa descontados a uma taxa baseada na taxa do instrumento semelhante sem a opção conversão de 2,8% a.a. além da TJLP.

Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram utilizados no Plano de Investimentos da Companhia para o período 2007/2010 sendo destinados à modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de água e de esgotamento sanitário, otimização das operações, com melhoria no controle de redução de perdas e para estudos e projetos de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário, bem como investimentos em novas concessões e desenvolvimento institucional.

d) Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

(a) *Covenants de contratos sindicalizados:*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,55
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	Igual ou maior que 350

- (b) *Covenants de contratos com a CEF* - os contratos assinados originalmente com o Unibanco, com recursos do FGTS, foram posteriormente transferidos para a gestão da CEF, conforme descrito no item 2 “Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos”, acima descritas.

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,7
Liquidez corrente (ajustado)	Superior a 0,9
Ligação de água e esgoto/nº. funcionários	Maior que 365

- (c) *Covenants de contratos com o BNDES-BNA/BND/BNE:*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Dívida líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA/ROL	Igual ou superior a 36%
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

- (d) *Covenants de contratos com o BNDES/debêntures:*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
Margem EBITDA	Igual ou maior que 33%
Grau de endividamento	Igual ou menor que 70%

- (e) *Covenants de contratos com a CEF/debêntures:*

<u>Índice</u>	<u>Limite</u>
Dívida líquida/Patrimônio Líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/Serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
Exigível Total/Patrimônio Líquido	Igual ou menor que 1,0
Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0
EBITDA/ROL	Igual ou maior que 36%

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e debêntures acima descritos.

### 13. Provisões Tributárias e para Demandas Judiciais

As provisões são registradas pela Companhia com base na expectativa da Administração com relação ao provável desembolso de caixa. As provisões são registradas como passivo circulante ou não circulante em função da expectativa de quando estes desembolsos de caixa irão ocorrer.

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Provisões tributárias (crédito prêmio IPI)	44.619	54.538
Provisão para demandas judiciais	43.956	33.114
<b>Total</b>	<b>88.575</b>	<b>87.652</b>

  

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Provisões tributárias (crédito prêmio IPI)	44.619	54.538
Provisão para demandas judiciais	46.447	34.947
<b>Total</b>	<b>91.066</b>	<b>89.485</b>

O critério adotado pela Companhia, depois de ouvida a Procuradoria Jurídica, é o de constituir provisão para as ações cíveis, trabalhistas, tributárias e para as obrigações legais consideradas como perdas prováveis.

A movimentação das provisões pode ser assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>					
	<b>Provisões</b>					
	<b>Para demandas judiciais</b>				<b>Credito prêmio IPI</b>	<b>Total</b>
	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Depósitos judiciais / vinculados</b>		
<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>18.698</b>	<b>15.763</b>	<b>418</b>	<b>(1.765)</b>	<b>54.538</b>	<b>87.652</b>
Adições	20.694	7.551	1.801	(573)	1.772	<b>31.245</b>
Reversões	(6.594)	(7.331)	-	-	(11.691)	<b>(25.616)</b>
Utilizações	(3.325)	(1.367)	(138)	124	-	<b>(4.706)</b>
<b>30 de dezembro de 2011</b>	<b>29.473</b>	<b>14.616</b>	<b>2.081</b>	<b>(2.214)</b>	<b>44.619</b>	<b>88.575</b>

  

	<b>Consolidado</b>					
	<b>Provisões</b>					
	<b>Para demandas judiciais</b>				<b>Credito prêmio IPI</b>	<b>Total</b>
	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Depósitos judiciais / vinculados</b>		
<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>18.698</b>	<b>17.811</b>	<b>418</b>	<b>(1.980)</b>	<b>54.538</b>	<b>89.485</b>
Adições	20.694	10.731	1.801	(1.448)	1.772	<b>33.550</b>
Reversões	(6.594)	(8.977)	-	56	(11.691)	<b>(27.206)</b>
Utilizações	(3.325)	(1.946)	(138)	646	-	<b>(4.763)</b>
<b>30 de dezembro de 2011</b>	<b>29.473</b>	<b>17.619</b>	<b>2.081</b>	<b>(2.726)</b>	<b>44.619</b>	<b>91.066</b>

As utilizações referem-se a provisões liquidadas ou a processos encerrados onde a Companhia não obteve êxito e que foram classificados como contas a pagar.

Os valores representam uma provisão para certas ações judiciais movidas contra a Companhia, sendo os encargos da provisão reconhecidos no resultado em "outras despesas operacionais". Na opinião dos assessores legais, após análise jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais provavelmente não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2011.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

#### a) Provisões

##### Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública questionando o reajuste tarifário aplicado no Município de Belo Horizonte em 2003. A ação questiona o fato de o reajuste ter sido aplicado sobre as contas emitidas a partir do reajuste tarifário e não sobre o período de consumo, e propõe a impugnação do mesmo. A decisão final ampara parcialmente o pedido inicial, condenando-nos a restituir aos consumidores a parcela paga referente ao período de consumo anterior à data de vigência do reajuste. A perita apresentou os valores, mas o processo se encontra com vista para o Ministério Público. O valor está em fase de liquidação de sentença, e está estimado, em 31 de dezembro de 2011, em R\$324 (R\$305 em 31 de dezembro de 2010).

A Associação Verde Gaia de Proteção Ambiental vem ajuizando ações civis públicas contra a COPASA, questionando o descumprimento da obrigação constante do artigo 2º da Lei Estadual nº. 12.503/97, relativo à obrigação das empresas concessionárias de serviços de abastecimento de água a investir 0,5% de sua receita operacional na proteção e preservação ambiental da bacia hidrográfica explorada. No decurso desses processos no Poder Judiciário surgiram decisões de 1ª e 2ª instâncias favoráveis à autora, de modo que a maioria dos processos passou a ser classificado como perda provável. Como o valor a ser pago pela Companhia com a provável perda dessas ações será o percentual de 0,5% apurado sobre a receita operacional de água do respectivo município de cada ação, e não o valor da causa, em 31 de dezembro de 2011 o valor provisionado referente a 47 ações é de R\$5.777 (R\$1.114 em 31 de dezembro de 2010).

Luciene Ricardo da Silva e outras ajuizaram ação de indenização por danos materiais e morais, tendo em vista deslizamento de terra que soterrou a propriedade das autoras, deslizamento esse ocasionado por rompimento dos canos de água ligados a um antigo reservatório de água reativado clandestinamente. Em setembro de 2011, na fase de especificação de provas, a COPASA requereu a prova pericial e a oitiva de testemunhas, e em dezembro de 2011 o Juiz determinou a citação da AGF Brasil S/A para apresentar resposta à denúncia à lide. Até o encerramento deste relatório não há data prevista para realização de audiência, e o valor provisionado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$2.454 (R\$2.311 em 31 de dezembro de 2010).

O Condomínio do Edifício Roma ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais com restituição de valores contra a COPASA, alegando suspensão indevida do fornecimento de água e instalação de eliminador de ar. Em 02 de julho de 2010 foi proferida sentença de 1ª instância, julgando improcedente o pedido de indenização, mas em 19 de julho a parte adversa entrou com recurso de apelação e a COPASA apresentou contra razões ao recurso de apelação em 20 de novembro de 2010. Em 30 de junho de 2011 foi proferido acórdão, em sede de segunda instância, que negou provimento ao recurso de apelação do autor. Logo, a Companhia venceu a respectiva ação, motivo pelo qual não existe valor provisionado em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.440 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia era parte em uma ação de execução por quantia certa e de obrigação de fazer, decorrente das obrigações ajustadas em termo de ajustamento de conduta celebrado com o Ministério Público Estadual no Município de Betim. Em 08 de outubro de 2010 foi assinado aditamento ao termo de ajustamento de conduta anterior, no qual a COPASA assumiu o compromisso de pagar duas parcelas de quinhentos mil reais, a primeira quitada em 28 de fevereiro de 2011 e a segunda em agosto de 2011. O acordo foi homologado pelo Juiz, extinguindo-se dessa forma o referido processo de execução. Em virtude disto, não existe valor provisionado em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.956 em 31 de dezembro de 2010).

#### Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, horas "in itinere", adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona todas as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável, o que representa aproximadamente 33,61% do valor de risco estimado de todas as ações trabalhistas.

A Companhia figura também na condição de litisconsorte passivo com responsabilidade subsidiária, sendo a responsabilidade principal de empreiteiras contratadas para a prestação de serviços de obras de manutenção e construção. Nestes casos, quando acolhido o pedido inicial, as referidas empreiteiras normalmente arcam com o ônus da condenação. Contudo, levando-se em consideração a existência de empreiteiras com dificuldades financeiras e, consequentemente, caracterizadas como inadimplentes em potencial a Companhia poderá ser compelida judicialmente a satisfazer o débito trabalhista. Assim essas ações foram consideradas como perda provável, e a Companhia constitui provisão de recursos para eventuais condenações, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$2.594 (R\$2.597 em 31 de dezembro 2010).

Adicionalmente, a Companhia também é parte em vinte e dois processos administrativos originados de inspeção feita pela Delegacia Regional do Trabalho, que autuou a Companhia principalmente por não incluir os reflexos de horas extras no repouso semanal remunerado, entendendo que isso significa subtração de salário. Foram lavrados autos de infração com multa incidente a cada empregado que se encontrava nessa situação. Essa multa teve repercussão nos depósitos de FGTS e multa fundiária. Os advogados estimam as chances de perda destes processos como provável e, portanto, foi provisionado em 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$4.408 (R\$4.154 em 31 de dezembro 2010).

Ainda há uma ação trabalhista, conexa a ação civil pública, em curso na 24ª vara do trabalho de Belo Horizonte, pela qual o SINDÁGUA e o Ministério Público do Trabalho alegam ato discriminatório em decorrência da política de desligamento e do programa motivacional adotados pela Companhia. Estimamos a perda dessa ação como provável, provisionando em 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$1.342 (R\$1.227 em 31 de dezembro de 2010).

#### Provisões tributárias

A Companhia é parte em outro processo tributário relevante que se refere a créditos presumidos de PIS/PASEP e COFINS nas contribuições realizadas no período de janeiro de 2004 a agosto de 2007. A Companhia entende que a legislação vigente é omissa quanto à definição da determinação dos créditos sobre insumos utilizados na prestação dos serviços do seu objeto social. Em função da conclusão do estudo efetuado por consultores externos independentes, que refinou a estimativa da base de cálculo dos referidos tributos, a Administração decidiu constituir provisão considerando a melhor estimativa de desembolsos futuros para liquidação deste passivo que em 2011 é de R\$28.163 (R\$38.082 em 2010), até que seja definida a base legal de tais créditos. Em 2010 houve baixa de R\$10.051, relativa ao exercício de 2004, e em março de 2011 baixa de R\$11.691 relativa ao exercício de 2005, devido à prescrição do débito.

Em 2010, a Companhia procedeu à exclusão das parcelas pagas do crédito-prêmio de IPI referenciado na Nota 11 da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. Dessa forma foi constituída provisão de R\$16.456 referente ao efeito tributário dessa exclusão, até que seja pacificada a base legal de apropriação desse crédito.

#### b) Passivos contingentes

A COPASA discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Cível (*)	402.021	371.276
Tributária (**)	55.623	38.022
<b>Total</b>	<b>457.644</b>	<b>409.298</b>

- (\*) Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministérios Públicos Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional em no que diz respeito a assuntos diversos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais, e podem ser divididas em:

### Ações individuais

A Companhia e suas controladas são parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de suas controladas.

### Ações coletivas

A Companhia é parte em ações civis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 19 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Barbacena, Campina Verde, Caratinga, Cataguases, Divinópolis, Frutal, Guidoal, Itajubá, Lavras, Leopoldina, Luz, Mateus Leme, Nanuque, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, São Gotardo, Serra da Saudade e Três Corações. Com exceção de Caratinga e São Gotardo, as demais ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalte-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

### Ações ambientais

A Companhia é parte em diversas ações civis públicas e ações populares envolvendo questões ambientais, em decorrência do curso normal de suas atividades. Essas demandas judiciais são, em grande parte, relacionadas à recuperação de supostos danos ambientais, construção de estações de tratamento de esgoto e investimentos em preservação do meio ambiente. Apesar da maioria dessas ações não possuírem valores de causa expressivos, a Companhia pode ser obrigada a investir valores significativos na construção de estações de tratamento ou nos abstermos de algumas de nossas práticas relacionadas aos nossos negócios.

Uma ação popular de natureza ambiental possui como objeto a reparação de danos causados pelo despejo de dejetos no Rio São Francisco. Não houve decisão judicial em relação a esta ação no valor de R\$68.717 em 31 de dezembro de 2011 (R\$64.721 em 31 de dezembro de 2010) e, de acordo com estimativas da Administração, a possibilidade de perda é classificada como possível.

### Termos de ajustamento de conduta – TACs

Foram firmados diversos TACs com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais versando sobre questões ambientais, decorrentes de investigações cíveis e administrativas. Foi firmado ainda um TAC no curso de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público, que prevê a execução do sistema completo de esgotamento sanitário no Município de Paracatu, bem como uma indenização civil.

As obrigações decorrentes desses TACs correspondem, na maioria dos casos, à realização de obras para a instalação ou melhoria de redes de saneamento básico e a construção de estações de tratamento de esgotos, para que o esgoto coletado não seja descartado sem tratamento diretamente em cursos d'água. Os recursos necessários para o cumprimento dos TACs assinados pela Companhia estão incluídos em nosso programa de investimentos.

- (\*\*) Refere-se a diversas ações tributárias, sendo que as mais relevantes referem-se a duas ações tributárias, que versam sobre uma autuação da Secretaria da Receita Federal, em abril de 2004, em função da Companhia não ter incluído nas bases de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS as receitas financeiras provenientes das variações cambiais de obrigações geradas pela diminuição da taxa do dólar norte-americano. A Companhia interpôs recurso administrativo, em ambos os casos, visando impugnar e contestar o auto de notificação e lançamento constante do procedimento tributário. Entretanto, tais recursos administrativos tiveram seu provimento negado pelo Conselho de Contribuintes.

Diante desta situação a COPASA ajuizou, nos dois processos, ação ordinária perante a Justiça Federal, questionando a validade da autuação e requerendo a declaração da inexistência da obrigação tributária, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei nº 9.718/98 no que diz respeito ao alargamento da base de cálculo das contribuições em questão. Os processos estão em fase recursal, tendo a Companhia logrado êxito em primeira instância no caso do processo da COFINS, apesar do feito não ter ainda transitado em julgado, e o processo PIS/PASEP encontra-se pendente de julgamento, tendo em vista recurso interposto pela União. A exigência tributária atualizada até 31 de dezembro de 2011 é de R\$32.432 (R\$28.085 em 31 de dezembro de 2010) e foi classificada como contingência possível.

## **14. Participação nos Lucros e Resultados**

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 01 de março de 2011, e em conformidade com a legislação vigente, foi aprovado que o montante a ser distribuído a título de Participação dos Empregados nos Lucros da Empresa é o equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, depois de deduzida a reserva legal, e terá como parâmetro de desempenho para fins de alcance de metas, o percentual de realização do Programa de Investimentos da Companhia aprovado para o exercício, o número de ligações por empregado e o resultado operacional financeiro.

O Acordo Coletivo 2008/2010, assinado em reunião de 25 de julho de 2008, ratificado pelo Acordo Coletivo 2011, assinado em 08 de agosto de 2011, determina que o montante apurado seja distribuído de forma linear entre todos os empregados, em duas parcelas de 50% cada uma, sendo a 1ª parcela na folha de pagamento do mês de abril e a 2ª parcela na folha de pagamento do mês de outubro.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia provisionou R\$28.317, referente à participação dos empregados no resultado auferido neste exercício (R\$27.132 em 2010).



## 15. Imposto de Renda e Contribuição Social

### a) Imposto de renda e contribuição social do exercício

O imposto de renda no Brasil inclui imposto de renda federal e contribuição social sobre o lucro líquido. As alíquotas estatutárias aplicáveis para o imposto de renda e contribuição social são 25% e 9% respectivamente, o que representa uma taxa de 34% para dezembro de 2011 e 2010. Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultados da controladora são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010 (*)	2011	2010 (*)
	Reclassificado		Reclassificado	
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	648.871	921.713	639.936	910.486
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
<b>Despesa esperada à taxa nominal</b>	<b>(220.616)</b>	<b>(313.382)</b>	<b>(217.578)</b>	<b>(309.565)</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre:				
(Adições) /exclusões				
Equivalência patrimonial	(6.001)	(6.946)	-	-
Realização de correção monetária especial	(2.570)	(3.433)	(2.570)	(3.433)
Doações e subvenções	3.199	905	3.199	905
Outras (adições) /exclusões	(11.818)	(3.675)	(17.852)	(10.560)
Outros itens de reconciliação				
Juros sobre o capital próprio	52.063	76.232	52.063	76.232
Incentivos fiscais	7.309	5.711	7.309	5.711
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(178.434)</b>	<b>(244.588)</b>	<b>(175.429)</b>	<b>(240.710)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(152.114)	(129.785)	(152.160)	(129.785)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26.320)	(114.803)	(23.269)	(110.925)
	<b>(178.434)</b>	<b>(244.588)</b>	<b>(175.429)</b>	<b>(240.710)</b>
Alíquota efetiva	27,5%	26,5%	27,4%	26,5%

(\*) Reclassificado em função da recomposição dos saldos das doações e subvenções e de outras diferenças temporárias.

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

Saldos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
No realizável a longo prazo				
Montante das diferenças temporárias:				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e litígios	72.316	56.360	72.316	56.360
Provisões para obrigações atuariais	29.743	64.161	29.743	64.161
Provisões dos ajustes CPC's	330.904	294.007	330.904	294.007
Provisões para contingências tributárias	200.138	271.997	200.138	271.997
Outras provisões temporárias diversas	7.645	7.964	8.941	9.258
<b>Total</b>	<b>640.746</b>	<b>694.489</b>	<b>642.042</b>	<b>695.783</b>
Imposto de renda diferido	160.187	173.622	160.510	173.946
Contribuição social diferida	57.667	62.504	57.784	62.620
	<b>217.854</b>	<b>236.126</b>	<b>218.294</b>	<b>236.566</b>
No passivo a longo prazo				
Montante das diferenças temporárias:				
Resultado de variações cambiais diferidas (sobre financiamentos)	5.072	16.003	5.072	16.003
Provisões dos ajustes CPC's	148.436	113.836	197.841	172.211
<b>Total</b>	<b>153.508</b>	<b>129.839</b>	<b>202.913</b>	<b>188.214</b>
Imposto de renda diferido	38.377	32.460	50.728	47.054
Contribuição social diferida	13.816	11.685	18.262	16.939
	<b>52.193</b>	<b>44.145</b>	<b>68.990</b>	<b>63.993</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos líquido</b>	<b>165.661</b>	<b>191.981</b>	<b>149.304</b>	<b>172.573</b>

No resultado do exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro	Controladora	Consolidado
	2011	2011
1. Aumento / (redução) do ativo diferido		
Imposto de renda diferido	(13.435)	(13.436)
Contribuição social diferida	(4.837)	(4.836)
	<b>(18.272)</b>	<b>(18.272)</b>
2. Redução / (aumento) do passivo diferido		
Imposto de renda diferido	5.917	3.674
Contribuição social diferida	2.131	1.323
	<b>8.048</b>	<b>4.997</b>
<b>Resultado da tributação diferida no exercício (1 - 2)</b>		
<b>(Aumento) /redução da despesa de tributação</b>	<b>(26.320)</b>	<b>(23.269)</b>

Em reuniões realizadas em 28 de fevereiro de 2012 pelo Conselho Fiscal e em 29 de fevereiro de 2012 pelo Conselho de Administração, foi aprovado o estudo técnico elaborado pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2011, conforme estimativa a seguir:

#### **Expectativa de realização do ativo diferido**

Em 2012	20.964
Em 2013	15.592
Em 2014	13.262
Em 2015	9.940
Em 2016	9.940
2017 até 2021	148.156
	<b>217.855</b>

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

## **16. Convênios de Cooperação Técnica**

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Estrada Real (em Ouro Preto) e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

Os recursos recebidos de convênios são aplicados em obras especificadas nos termos dos próprios convênios, sendo seus valores quando recebidos reconhecidos contabilmente nas contas de convênio de cooperação técnica no passivo circulante e quando aplicados no ativo circulante, aguardando encontro de contas.

O saldo líquido de convênios está assim composto:

	<b>Controladora</b>		
	<b>A receber (ativo)</b>	<b>Adiantamento (passivo)</b>	<b>Líquido</b>
31 de dezembro de 2011			
Estado	211.111	(206.370)	<b>4.741</b>
Outros	12.446	(12.102)	<b>344</b>
<b>Total</b>	<b>223.557</b>	<b>(218.472)</b>	<b>5.085</b>
31 de dezembro de 2010			
Estado	221.447	(222.468)	<b>(1.021)</b>
Outros	16.137	(16.608)	<b>(471)</b>
<b>Total</b>	<b>237.584</b>	<b>(239.076)</b>	<b>(1.492)</b>

	<b>Consolidado</b>		
	<b>A receber (ativo)</b>	<b>Adiantamento (passivo)</b>	<b>Líquido</b>
31 de dezembro de 2011			
Estado	484.400	(478.927)	<b>5.473</b>
Outros	12.446	(12.102)	<b>344</b>
<b>Total</b>	<b>496.846</b>	<b>(491.029)</b>	<b>5.817</b>
31 de dezembro de 2010			
Estado	428.943	(430.934)	<b>(1.991)</b>
Outros	16.137	(16.608)	<b>(471)</b>
<b>Total</b>	<b>445.080</b>	<b>(447.542)</b>	<b>(2.462)</b>

## 17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Obrigações de longo prazo	145.235	154.509
Obrigações de curto prazo	12.072	7.417
	<b>157.307</b>	<b>161.926</b>
Contribuições normais e juros	47	10.352
<b>Total das obrigações registradas no balanço patrimonial</b>	<b>157.354</b>	<b>172.278</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:		
Plano de Benefícios RP1 – BD	2.734	(407.563)
Plano Copasa Saldado	11.860	121.183
Novo Plano Copasa – CD	2.260	12.186

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

<b>Controladora / Consolidado</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Passivo líquido saldo inicial	172.278	486.666
Receitas reconhecidas no resultado – passivo atuarial	(2.429)	(313.073)
Despesas reconhecidas no resultado – contribuição COPASA	33.655	34.183
Provisão de contribuições mensais	40.265	44.494
Atualização monetária	8.173	5.788
Amortização dívida	(10.839)	(6.781)
Amortização contribuições mensais	(83.749)	(78.999)
<b>Passivo líquido final</b>	<b>157.354</b>	<b>172.278</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>12.119</b>	<b>17.769</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>145.235</b>	<b>154.509</b>

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº. 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

Desde o exercício de 2002, o plano de previdência complementar na modalidade de Benefício Definido – BD patrocinado pela Companhia, vem apresentando uma situação de déficit atuarial, que tem sido equacionado pela aplicação de reajustes nas contribuições da patrocinadora e de seus empregados que totalizaram, até novembro de 2008, aproximadamente 127%, conforme registro nos respectivos demonstrativos dos resultados da avaliação atuarial – DRAAs.

De acordo com o deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia para solucionar a situação do plano previdenciário, e a aprovação, em 23 de junho de 2010, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, da nova estratégia previdencial da Companhia, no período de 02 de agosto a 29 de outubro de 2010, todos os empregados ativos, afastados do trabalho e assistidos tiveram a oportunidade de acessar o simulador para conhecer e escolher uma das alternativas de Plano Previdencial proposto. A partir de 01 de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual plano BD que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o plano BD saldado fechado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o plano CD que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Após a conclusão do processo de migração, em dezembro de 2011, o plano BD possuía 150 participantes ativos e 183 assistidos, o saldado 2.018 participantes ativos e 1.364 assistidos, e o CD 10.621 participantes ativos e 476 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício saldado são: a) participantes ativo, autopatrocinado e assistido: benefício saldado de aposentadoria programada; b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício de contribuição definida são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e podem divergir de forma relevante dos resultados reais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes. Essas diferenças podem resultar em um impacto relevante no montante de despesa com entidade de previdência privada registrada na Companhia.

De acordo com o parágrafo 93 da CPC 33, a Entidade adotou a política de incluir a amortização dos ganhos e perdas atuariais como um componente da despesa anual. Se, no início do ano, os ganhos e perdas líquidos excedem 10% do maior entre a obrigação de benefício definido e o valor justo dos ativos do plano, a amortização será a parcela excedente dividida pelo serviço médio remanescente dos participantes ativos do plano. A amortização mínima é o excesso, se houver, dos ganhos e perdas líquidos acima de 10% do maior entre a obrigação de benefício definido e o valor justo dos ativos do plano divulgados no final do ano fiscal anterior, dividido pelo serviço médio remanescente dos participantes ativos do plano.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

**a) Plano de Benefícios RP1 – BD**

	31/12/2011*	31/12/2010*	31/12/2009	31/12/2008
Valor presente das obrigações financiadas	(36.398)	(29.920)	(1.228.735)	(972.586)
Valor justo dos ativos do plano	8.518	-	862.794	698.195
<b>Valor presente da obrigação em excesso ao valor dos ativos</b>	<b>(27.880)</b>	<b>(29.920)</b>	<b>(365.941)</b>	<b>(274.391)</b>
(Ganho)/perda atuarial não reconhecido	(1.096)	(1.342)	(110.047)	(223.764)
 (Passivo)/ativo atuarial provisionado	 (28.976)	 (31.262)	 (475.988)	 (498.155)

(\*)A redução do passivo atuarial provisionado a partir do exercício de 2010 foi devida à reestruturação do plano de benefício definido ocorrida em outubro de 2010

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2011	2010
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>29.920</b>	<b>1.228.735</b>
Custo do serviço corrente	(397)	8.066
Custo financeiro	3.112	113.551
Contribuições dos participantes do plano	446	27.283
(Ganhos)/perdas atuariais	5.828	54.744
Benefícios pagos pelo plano	(2.511)	(33.722)
Redução antecipada de obrigações	-	(296.833)
Eliminação antecipada de obrigações	-	(1.071.904)
 <b>Em 31 de dezembro</b>	 <b>36.398</b>	 <b>29.920</b>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>-</b>	<b>862.794</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	5.563	80.970
Contribuições do empregador	5.019	37.163
Contribuições dos empregados	447	27.283
Benefícios pagos	(2.511)	(33.722)
Eliminação antecipada de obrigações	-	(974.488)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>8.518</b>	<b>-</b>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$5.371.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Custo dos serviços correntes	(397)	8.066
Custo financeiro	3.112	113.551
Reconhecimento de (ganhos) / perdas atuariais	-	-
Retorno esperado sobre os ativos do plano	19	(83.630)
Custo de redução antecipada do plano	-	(307.959)
Custo de liquidação antecipada do plano	-	(137.591)
	<b>2.734</b>	<b>(407.563)</b>

As (receitas) despesas com plano de pensão no valor de R\$2.734 (R\$407.563 em 2010) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

O retorno real sobre os ativos do plano em 2011 foi de R\$5.563 (R\$80.970 em 2010).

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

<b>Plano de pensão com benefício definido</b>			
	<b>Alocação dos ativos até 31 de dezembro em %</b>		<b>Alocação do ativo segundo determinação do Conselho Deliberativo da PREVIMINAS – porcentagem ou faixa de porcentagem</b>
	<b>2011</b>	<b>2010</b>	
Renda fixa	84,16	-	Até 100%
Renda variável	6,22	-	Até 50%
Carteira de imóveis	6,15	-	Até 8%
Outros	3,47	-	Até 15%
Total	100,00	-	

#### Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da PREVIMINAS determina as diretrizes de investimentos;
- Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais 6% ao ano), tanto em curto quanto em longo prazo;
- Tipos de investimentos permitidos: renda fixa – ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

#### Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- Títulos de dívida: CDI;
- Títulos patrimoniais: IBOVESPA Médio;
- Imóveis: IGP-M + 6% ao ano;
- Empréstimos aos participantes: IPCA + 6% ao ano.

As premissas usadas pela Companhia foram as seguintes (porcentagem, incluindo a inflação projetada de 4,5% ao ano):

	<b>Crédito unitário projetado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Taxa anual de desconto	10,81% a.a.	10,75% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,24% a.a.	10,50% a.a.
Aumento anual de salário	7,00% a.a.	6,50% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Tábua de mortalidade	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic
Tábua de invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de morbidez	GAMA- Experiência Previminas	GAMA- Experiência Previminas
Mortalidade de inválidos	AT-1949 Agravada em 100%	AT-1949 Agravada em 100%
Rotatividade	4,5%/(tempo de serviço + 1)	4,5%/(tempo de serviço + 1)

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2011.



Retorno anual esperado dos ativos:

IPCA médio em 10 anos: 5,00%

Classes de Ativos	Composição atual da carteira	Composição da carteira no longo prazo	Retorno real esperado de longo prazo	Retorno nominal de longo prazo sobre o IPCA
Renda fixa	84,16%	84,16%	5,54%	10,82%
CDI	84,16%	84,16%	5,54%	10,82%
Renda variável	6,22%	6,22%	11,30%	16,86%
Empréstimos a participantes	1,07%	1,07%	6,00%	11,30%
Imóveis	6,15%	6,15%	6,00%	11,30%
Outros ativos I	2,40%	2,40%	6,00%	11,30%
Carteira	100,00%	100,00%	5,95%	11,24%

- A coluna "Composição Atual da Carteira" deve refletir o percentual dos recursos alocados em cada tipo de aplicação.
- A coluna "Composição Atual da Carteira no Longo Prazo" deve refletir o percentual esperado dos recursos alocados em cada tipo de aplicação no longo prazo.
- As projeções de retorno dos ativos foram calculadas com base nos cenários traçados pela Tendências Consultoria e pela Towers Watson.
- Ativos de renda fixa: foram consideradas as curvas de juros vigentes.
- Ativos de renda variável: foi utilizado o prêmio histórico de risco.
- Empréstimos a participantes, se aplicável: IPCA + 6%.
- Imóveis, se aplicável: IGP-M + 6%.

#### b) Plano Copasa Saldado

	31/12/2011	31/12/2010
Valor presente das obrigações financiadas	(728.963)	(639.056)
Valor justo dos ativos do plano	580.372	532.462
<b>VPO líquido dos ativos do plano</b>	<b>(148.591)</b>	<b>(106.594)</b>
(Ganho)/perda atuarial não reconhecido	31.593	(11.884)
<b>(Passivo)/ativo atuarial provisionado</b>	<b>(116.998)</b>	<b>(118.478)</b>

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2011	2010
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>639.056</b>	<b>-</b>
Custo do serviço corrente	-	118.846
Custo financeiro	67.010	11.068
Contribuições dos participantes do plano	-	292
(Ganhos)/perdas atuariais	47.420	512.791
Benefícios pagos pelo plano	(24.523)	(3.941)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>728.963</b>	<b>639.056</b>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>532.462</b>	<b>-</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	59.093	533.406
Contribuições do empregador	13.340	2.705
Contribuições dos empregados	-	292
Benefícios pagos	(24.523)	(3.941)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>580.372</b>	<b>532.462</b>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$14.007.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Custo dos serviços correntes	-	118.846
Custo financeiro	67.010	11.068
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(55.150)	(8.731)
	<b>11.860</b>	<b>121.183</b>

As despesas com plano de pensão no valor de R\$11.860 (R\$121.183 em 2010) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

O retorno real sobre os ativos do plano em 2011 foi de R\$59.093 (R\$533.406 em 2010). A taxa de retorno real sobre os ativos do plano em 2011 foi de 11,22% a.a.

Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da PREVIMINAS determina as diretrizes de investimentos;
- Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais 6% ao ano), tanto em curto quanto em longo prazo;
- Tipos de investimentos permitidos: renda fixa – ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- Títulos de dívida: CDI;
- Títulos patrimoniais: IBOVESPA Médio;
- Imóveis: IGP-M + 6% ao ano;
- Empréstimos aos participantes: IPCA + 6% ao ano.

As premissas usadas pela Companhia foram as seguintes (porcentagem, incluindo a inflação projetada de 4,5% ao ano):

	<b>Crédito unitário projetado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Taxa anual de desconto	10,80% a.a.	10,75% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,40% a.a.	10,50% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Tábua de mortalidade	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic
Mortalidade de inválidos	AT–1949 agravada em 100%	AT–1949 agravada em 100%

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2011.

Retorno anual esperado dos ativos:

IPCA médio em 10 anos: 5,00%

<b>Classes de Ativos</b>	<b>Composição atual da carteira</b>	<b>Composição da carteira no longo prazo</b>	<b>Retorno real esperado de longo prazo</b>	<b>Retorno nominal de longo prazo sobre o IPCA</b>
Renda fixa	79,73%	79,73%	5,54%	10,82%
CDI	79,73%	79,73%	5,54%	10,82%
Renda variável	8,72%	8,72%	11,30%	16,86%
Empréstimos a participantes	1,46%	1,46%	6,00%	11,30%
Imóveis	7,37%	7,37%	6,00%	11,30%
Outros ativos I	2,72%	2,72%	6,00%	11,30%
Carteira	100,00%	100,00%	6,10%	11,40%

- A coluna "Composição Atual da Carteira" deve refletir o percentual dos recursos alocados em cada tipo de aplicação.
- A coluna "Composição Atual da Carteira no Longo Prazo" deve refletir o percentual esperado dos recursos alocados em cada tipo de aplicação no longo prazo.
- As projeções de retorno dos ativos foram calculadas com base nos cenários traçados pela Tendências Consultoria e pela Towers Watson.
- Ativos de renda fixa: foram consideradas as curvas de juros vigentes.
- Ativos de renda variável: foi utilizado o prêmio histórico de risco.
- Empréstimos a participantes, se aplicável: IPCA + 6%.
- Imóveis, se aplicável: IGP-M + 6%.

**c) Novo Plano Copasa – CD**

	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Valor justo dos ativos	4.993	-
Valor presente das obrigações financiadas	(15.056)	(11.848)
(Ganho)/perda atuarial não reconhecido	(1.270)	(338)
<b>(Passivo)/ativo atuarial provisionado</b>	<b>(11.333)</b>	<b>(12.186)</b>

A movimentação do valor referente da obrigação de contribuição definida durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>11.848</b>	<b>-</b>
Custo do serviço corrente	989	11.974
Custo financeiro	1.173	195
Contribuições dos empregados	1.958	-
(Ganhos)/perdas atuariais	(250)	(321)
Benefícios pagos pelo plano	(662)	-
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>15.056</b>	<b>11.848</b>

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.626.

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Em 1º de janeiro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Retorno real sobre os ativos do plano	584	-
Contribuições do empregador	3.113	-
Contribuições dos empregados	1.958	-
Benefícios pagos	(662)	-
Eliminação antecipada de obrigações	-	-
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>4.993</b>	<b>-</b>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Custo dos serviços correntes	989	11.975
Custo financeiro	1.173	195
Retorno esperado sobre os ativos do plano	98	16
	<b>2.260</b>	<b>12.186</b>

As despesas com plano de pensão no valor de R\$2.260 (R\$12.186 em 2010) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

#### Composição dos Investimentos

Renda Fixa	406.265	82,4%
Renda Variável	49.654	10,1%
Invest. Estruturados	17.865	3,6%
Empréstimo	19.040	3,9%
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>492.824</b>	<b>100,0%</b>

#### Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da PREVIMINAS determina as diretrizes de investimentos;
- Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais 6% ao ano), tanto em curto quanto em longo prazo;
- Tipos de investimentos permitidos: renda fixa – ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

#### Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- Títulos de dívida: CDI;
- Títulos patrimoniais: IBOVESPA Médio;
- Imóveis: IGP-M + 6% ao ano;
- Empréstimos aos participantes: IPCA + 6% ao ano.

A taxa de retorno real sobre os ativos do plano em 2011 foi de 26,49% a.a.

As premissas usadas pela Companhia foram as seguintes (porcentagem, incluindo a inflação projetada de 4,5% ao ano):

	<b>Crédito unitário projetado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Taxa anual de desconto	10,59% a.a.	10,75% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,45% a.a.	10,50% a.a.
Aumento anual de salário	7,00% a.a.	6,50% a.a.
Aumento anual de benefícios	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de invalidez	Light Média	Light Média

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2011.

Retorno anual esperado dos ativos:

IPCA médio em 10 anos: 5,00%

Classes de Ativos	Composição atual da carteira	Composição da carteira no longo prazo	Retorno real esperado de longo prazo	Retorno nominal de longo prazo sobre o IPCA
Renda fixa	77,00%	77,00%	5,54%	10,82%
CDI	77,00%	77,00%	5,54%	10,82%
Renda variável	9,23%	9,23%	11,30%	16,86%
Empréstimos a participantes	3,91%	3,91%	6,00%	11,30%
Imóveis	6,98%	6,98%	6,00%	11,30%
Outros ativos I	2,88%	2,88%	6,00%	11,30%
Carteira	100,00%	100,00%	6,14%	11,45%

- A coluna "Composição Atual da Carteira" deve refletir o percentual dos recursos alocados em cada tipo de aplicação.
- A coluna "Composição Atual da Carteira no Longo Prazo" deve refletir o percentual esperado dos recursos alocados em cada tipo de aplicação no longo prazo.
- As projeções de retorno dos ativos foram calculadas com base nos cenários traçados pela Tendências Consultoria e pela Towers Watson.
- Ativos de renda fixa: foram consideradas as curvas de juros vigentes.
- Ativos de renda variável: foi utilizado o prêmio histórico de risco.
- Empréstimos a participantes, se aplicável: IPCA + 6%.
- Imóveis, se aplicável: IGP-M + 6%.

## 18. Patrimônio Líquido e Dividendos

### (a) Capital

A quantidade total de ações ordinárias autorizadas é de 115.301 mil ações. Todas as ações emitidas estão integralizadas. As ações não possuem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que detém 53,07% das ações da sociedade. Os 46,93% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia possui 370 mil ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$9.190, adquiridas principalmente do acionista Estado de Minas Gerais, através de operações vinculadas a acordos de débitos oriundos de prestação de serviços de água e esgoto e convênios de cooperação técnica. As ações são mantidas como "ações em tesouraria". A Companhia tem o direito de reemitir essas ações em uma data posterior. Todas as ações emitidas pela Companhia foram integralizadas.

O *Free Float* da Companhia em 31 de dezembro de 2011 é de 46,6%.

### (b) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$284.379 (R\$416.395 em 2010) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “plano de ação” aprovado pelo Conselho de Administração, a ser executado a longo prazo.

### (c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 01 de janeiro de 2008.

No exercício de 2011, o valor de R\$9.409 (R\$2.661 em 2010) foi registrado ao resultado referente ao incentivo pelo cumprimento das 1ª e 2ª etapas da meta de abatimento de cargas poluidoras da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Onça (Nota 11), concedido pela Agência Nacional de Águas - ANA, com recursos do PRODES - Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas.

(d) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas de qualquer espécie gozam do direito de receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes que não forem reclamados dentro do prazo de três anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas prescrevem em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Lucro líquido do exercício	470.437	677.125
Reserva legal - (5%)	(23.522)	(33.856)
Reserva de incentivos fiscais	(9.409)	(2.661)
Lucro líquido	437.506	640.608
<b>Dividendo mínimo obrigatório – 25%</b>	<b>109.377</b>	<b>160.152</b>

Em 27 de junho de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou que sejam creditados juros sobre o capital próprio de 35% imputados aos dividendos, no montante de R\$153.127 (R\$1,33 por ação) líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$11.224. Em 2010, o valor foi de R\$224.213 (R\$1,95 por ação), líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$11.400.

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, os juros foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$52.063. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo da conta de juros sobre o capital próprio a pagar em 2011 e 2010 é a seguinte:

	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Saldo em 1º de janeiro	66.859	53.276
JCP propostos	153.127	224.213
IR retido na fonte sobre JCP	(15.627)	(12.797)
JCP pagos no exercício	(177.438)	(198.097)
Transferência para impostos a compensar	-	264
<b>Saldo de juros sobre o capital próprio no passivo circulante</b>	<b>26.921</b>	<b>66.859</b>

(e) Lucro por ação

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra “a” desta Nota).

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	470.437	677.125	464.507	669.776
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas – milhares	114.931	114.929	114.931	114.929
<b>Lucro básico por ação</b>	<b>4,09</b>	<b>5,89</b>	<b>4,04</b>	<b>5,83</b>

- Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: debênture conversível. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro				
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	470.437	677.125	464.507	669.776
Despesa financeira sobre a dívida conversível (líquida de imposto)	7.711	7.712	7.711	7.712
<b>Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação</b>	<b>478.148</b>	<b>684.837</b>	<b>472.218</b>	<b>677.488</b>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas – milhares	114.931	114.929	114.931	114.929
Ajustes de:				
Conversão presumida de dívida conversível – milhares	4.353	4.520	4.353	4.520
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação – milhares	119.284	119.449	119.284	119.449
<b>Lucro diluído por ação</b>	<b>4,01</b>	<b>5,73</b>	<b>3,96</b>	<b>5,67</b>

(f) Outros resultados abrangentes

Os valores relativos a outros resultados abrangentes não impactaram a “demonstração de resultados abrangentes” da Companhia.



## 19. Objetivos e Políticas de Gestão de Risco Financeiro

### (a) Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A superintendência financeira da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, contando com o suporte da diretoria executiva que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. A diretoria executiva fornece garantia à superintendência financeira da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco do grupo. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

### (i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação taxas de juros variáveis da dívida e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras são todos eles valores constantes.

As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações de aposentadoria e pós-aposentadoria, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros das operações no exterior.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

## Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente a cesta de juros dos contratos vinculados à União Federal - Bônus).

São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados considerando somente os principais ativos e passivos financeiros.

### Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis, como descrito a seguir.

	<b>Aumento /redução em pontos base</b>	<b>Efeitos no lucro antes da tributação</b>
<b>31/12/2011</b>		
R\$	+ 0,5%	(12.770)
R\$	- 0,5%	12.770
<b>31/12/2010</b>		
R\$	+ 0,5%	(9.484)
R\$	- 0,5%	9.484

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado, indicando uma volatilidade significativamente mais elevada do que em exercícios anteriores.

## Risco cambial

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente as operações de importação de equipamentos, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

Os financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia não possui instrumentos de proteção quanto à exposição dos riscos cambiais.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em dólares dos Estados Unidos da América, totalizava R\$55.750 em 31 de dezembro de 2011 (R\$54.459 em 31 de dezembro de 2010), 2,0% de seu endividamento total (2,6% em 31 de dezembro de 2010). A Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2011, caução de R\$35.192 (R\$24.639 em 31 de dezembro de 2010) como garantia de parte dos financiamentos em moeda estrangeira (Nota 12).

#### Sensibilidade a taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio da Companhia.

	<b><u>Variação na taxa US\$</u></b>	<b><u>Efeito no lucro antes da tributação</u></b>
<b>31/12/2011</b>	+ 20%	(11.036)
	- 20%	11.036
	+10%	(5.518)
	-10%	5.518
<b>31/12/2010</b>	+ 20%	(10.780)
	- 20%	10.780
	+10%	(5.390)
	-10%	5.390

A movimentação do lucro e do patrimônio tem origem na movimentação dos empréstimos em dólares americanos.

#### (ii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

#### Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer em face de eventuais perdas na sua realização.

#### Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

Para bancos e instituições financeiras, os recursos da Companhia são aplicados substancialmente em títulos de entidades independentemente classificadas com "rating" mínimo "A".

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

<b>Controladora</b>		
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)		
AAA	94.559	50.145
AA	63.469	551
A	26.520	3.067
B (BAA, BA e BBB)	56.988	22.030
	<b>241.536</b>	<b>75.793</b>
<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)		
AAA	95.394	52.004
AA	63.469	551
A	26.520	3.067
B (BAA, BA e BBB)	56.988	22.030
	<b>242.371</b>	<b>77.652</b>

(\*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Moody's.

### (iii) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (Nota 06). Geralmente, isso é realizado em nível local nas empresas operacionais da Companhia, de acordo com a prática e os limites estabelecidos pela Companhia. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que a entidade atua. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na

tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Faixas de vencimento (i)			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Amortização	521.288	660.715	431.026	1.174.536
Juros	22.394	-	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>543.682</b>	<b>660.715</b>	<b>431.026</b>	<b>1.174.536</b>
<b>Fornecedores e outras obrigações</b>	<b>139.415</b>	<b>24.489</b>	<b>44.366</b>	<b>64.261</b>
Em 31 de dezembro de 2010				
Amortização	238.629	695.253	402.043	765.549
Juros	8.699	-	-	-
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>247.328</b>	<b>695.253</b>	<b>402.043</b>	<b>765.549</b>
<b>Fornecedores e outras obrigações</b>	<b>160.861</b>	<b>56.610</b>	<b>41.394</b>	<b>55.955</b>

- (i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias dadas pela COPASA nos contratos de financiamentos.

Instituição	Garantia (receita vinculada)	31/12/2011	31/12/2010
CEF até 1998 e Tesouro Nacional	10% dos recebíveis	22.459	45.071
CEF 2003, 2004, 2007, 2008 e 2009	Vinculação da receita igual a 3 vezes o serviço da dívida mensal	11.234	10.281
Unibanco 2002 e contratos sindicalizados 2004	R\$17 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 04/07/06	21.956	20.544
Contratos sindicalizados II – 2006	R\$15,3 MM corrigidos mensalmente pelo IPCA, desde 04/07/06	19.760	18.489
BNDES 2004 (I emissão de debêntures) 300 MM	R\$18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/02/09	20.115	18.973
BNDES 2007 (III emissão de debêntures) 450 MM	R\$18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 12/12/07	21.215	21.215
BNDES PAC 2007/2008	R\$26 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 20/05/08	30.907	29.006
BNDES 181 MM	R\$7 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 22/04/10	7.498	7.000
BNDES debêntures simples 740 MM	R\$26 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 01/07/10	34.487	32.000
BNDES 288 MM	Vinculação da receita igual a 4,5% do saldo devedor das debêntures	13.070	-

#### (b) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2011, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2010, foi a de manter os índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros inferior a 100%. Os índices de exigível total dividido pelo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 podem ser assim sumariados:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 12)	2.809.959	2.110.172
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 06)	(241.536)	(75.793)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.568.423</b>	<b>2.034.379</b>
Total do patrimônio líquido	4.501.677	4.184.328
<b>Total do capital</b>	<b>7.070.100</b>	<b>6.218.707</b>
Índice de alavancagem financeira - %	36	33
Índice de capital de terceiros - %	57	49
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 12)	2.809.959	2.110.172
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 06)	(242.371)	(77.652)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.567.588</b>	<b>2.032.520</b>
Total do patrimônio líquido	4.533.604	4.222.185
<b>Total do capital</b>	<b>7.101.192</b>	<b>6.254.705</b>
Índice de alavancagem financeira - %	36	32
Índice de capital de terceiros - %	57	48

(c) Estimativa do valor justo

A Companhia não possui ativos ou passivos financeiros, mensurados ao valor justo. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme divulgado na Nota 03 (i e j) são classificados como empréstimos e recebíveis e reconhecidos pelo custo amortizado.

## 20. Receitas

As receitas operacionais auferidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão apresentadas abaixo:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto	2.810.978	2.591.648
Receita de construção	701.256	915.508
<b>Total receita bruta</b>	<b>3.512.234</b>	<b>3.507.156</b>
Impostos sobre vendas	(255.800)	(235.581)
Outras deduções	(45.568)	(44.830)
<b>Receita líquida</b>	<b>3.210.866</b>	<b>3.226.745</b>

  

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Receita bruta de prestação de serviço de água e esgoto	2.825.299	2.603.313
Receita bruta de venda de produtos	1.911	1.224
Receita de construção	701.256	915.508
<b>Total receita bruta</b>	<b>3.528.466</b>	<b>3.520.045</b>
Impostos sobre vendas	(257.852)	(237.101)
Outras deduções	(45.682)	(44.873)
<b>Receita líquida</b>	<b>3.224.932</b>	<b>3.238.071</b>

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão apresentadas abaixo:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Reversão de provisão não dedutível	28.045	334.081
Recuperação de contas baixadas	30.420	43.918
Outras receitas	20.237	12.562
<b>Total outras receitas operacionais</b>	<b>78.702</b>	<b>390.561</b>

  

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Reversão de provisão não dedutível	29.691	334.081
Recuperação de contas baixadas	30.534	43.953
Outras receitas	21.545	13.341
<b>Total outras receitas operacionais</b>	<b>81.770</b>	<b>391.375</b>

## 21. Despesas por Natureza

	<b>Controladora</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Salários e encargos	821.946	741.848
Materiais	99.106	91.732
Serviços de terceiros	458.672	440.340
Gerais	95.015	88.197
Depreciações e amortizações	304.497	268.928
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	43.972	49.433
Provisões para perdas materiais obsoletos	1.965	793
Custos de construção	687.301	893.606
Provisões para demandas judiciais	31.817	66.572
Equivalência patrimonial	18.537	20.430
Participação empregados nos lucros	28.317	27.132
Outros	31.569	21.388
<b>Despesas operacionais</b>	<b>2.622.714</b>	<b>2.710.399</b>
<b>(-) Créditos tributários</b>	<b>(70.871)</b>	<b>(50.345)</b>
<b>Despesas operacionais líquidas</b>	<b>2.551.843</b>	<b>2.660.054</b>
<b>Custos</b>	<b>1.903.764</b>	<b>2.024.001</b>
<b>Despesas</b>	<b>648.079</b>	<b>636.053</b>

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Salários e encargos	829.100	749.317
Materiais	101.161	93.062
Serviços de terceiros	467.117	448.889
Gerais	97.562	90.249
Depreciações e amortizações	315.696	281.357
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.015	50.099
Provisões para perdas materiais obsoletos	2.541	793
Custos de construção	687.301	893.606
Provisões para demandas judiciais	35.000	68.552
Participação empregados nos lucros	28.317	27.132
Outros	33.518	27.577
<b>Despesas operacionais</b>	<b>2.642.328</b>	<b>2.730.633</b>
<b>(-) Créditos tributários</b>	<b>(71.454)</b>	<b>(50.837)</b>
<b>Despesas operacionais líquidas</b>	<b>2.570.874</b>	<b>2.679.796</b>
<b>Custos</b>	<b>1.923.418</b>	<b>2.043.383</b>
<b>Despesas</b>	<b>647.456</b>	<b>636.413</b>



## 22. Despesas com Benefícios e Empregados

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Salários	456.335	403.962
Custos previdenciários	141.372	130.838
FGTS	44.833	37.370
Contribuição para plano de pensão	33.655	34.183
Programa de alimentação	92.112	84.869
Programa de saúde	40.575	38.577
Outros benefícios	13.064	12.049
<b>Total</b>	<b>821.946</b>	<b>741.848</b>
Número de empregados (não auditado)	11.535	11.436

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Salários	461.949	409.718
Custos previdenciários	142.268	131.936
FGTS	45.118	37.722
Contribuição para plano de pensão	33.655	34.183
Programa de alimentação	92.306	85.024
Programa de saúde	40.648	38.618
Outros benefícios	13.156	12.116
<b>Total</b>	<b>829.100</b>	<b>749.317</b>
Número de empregados (não auditado)	11.794	11.685

## 23. Receitas e Despesas Financeiras

A variação verificada no resultado financeiro do exercício de 2011, em relação à igual período de 2010 está assim representada:

	<b>Controladora</b>	
	<b>01/01/2011 a 31/12/2011</b>	<b>01/01/2010 a 31/12/2010</b>
Juros ativos	25.542	56.335
Rendimentos com aplicações financeiras	27.077	22.915
Receita de variação monetária e cambial	27.519	24.379
Capitalização de ativos financeiros/outros	16.195	14.748
<b>Total de receita</b>	<b>96.333</b>	<b>118.377</b>
Juros sobre financiamentos	(147.958)	(117.853)
Despesa de variação monetária e cambial	(32.870)	(30.153)
Outras despesas	(4.359)	(5.910)
<b>Total de despesa</b>	<b>(185.187)</b>	<b>(153.916)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(88.854)</b>	<b>(35.539)</b>

  

	<b>Consolidado</b>	
	<b>01/01/2011 a 31/12/2011</b>	<b>01/01/2010 a 31/12/2010</b>
Juros ativos	25.771	56.534
Rendimentos com aplicações financeiras	27.128	22.321
Receita de variação monetária e cambial	20.239	19.500
Capitalização de ativos financeiros/outros	16.399	16.757
<b>Total de receita</b>	<b>89.537</b>	<b>115.112</b>
Juros sobre financiamentos	(147.964)	(117.911)
Despesa de variação monetária e cambial	(32.871)	(30.154)
Outras despesas	(4.594)	(6.211)
<b>Total de despesa</b>	<b>(185.429)</b>	<b>(154.276)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(95.892)</b>	<b>(39.164)</b>

## 24. Transações com Partes Relacionadas

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que detém 53,07% das ações da sociedade. Os 46,93% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

Além do saldo a pagar à CEMIG, demonstrado na Nota 11, e os convênios descritos na Nota 16, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, àquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais e as subsidiárias. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

	Controladora				
	31/12/2011				
	Subsidiárias				Outras
	Águas Minerais	Copanol	Serviços Irrigação	Total	Estado MG
Ativo					
Circulante					
Clientes					
Valores faturados	-	-	-	-	8.905
Convênios	-	-	-	-	4.741
Não circulante					
Empréstimos	57.541	17.139	1.368	76.048	-
Investimentos	1	1	1	3	-
<b>Total do ativo</b>	<b>57.542</b>	<b>17.140</b>	<b>1.369</b>	<b>76.051</b>	<b>13.646</b>
Passivo					
Circulante					
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	15.870
Não circulante					
Provisão para perdas em investimentos	31.047	13.666	894	45.607	-
<b>Total do passivo</b>	<b>31.047</b>	<b>13.666</b>	<b>894</b>	<b>45.607</b>	<b>15.870</b>
Resultado					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	-	-	-	89.806
Receitas de variações monetárias	5.561	1.542	178	7.281	-

	Controladora				
	31/12/2010				
	Subsidiárias			Outras	
	Águas Minerais	Copanol	Serviços Irrigação	Total	Estado MG
Ativo					
Circulante					
Clientes					
Valores faturados	-	-	-	-	9.780
Não circulante					
Empréstimos	43.441	14.916	1.613	59.970	-
Investimentos	1	1	1	3	-
<b>Total do ativo</b>	<b>43.442</b>	<b>14.917</b>	<b>1.614</b>	<b>59.973</b>	<b>9.780</b>
Passivo					
Circulante					
Convênios	-	-	-	-	1.021
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	35.958
Não circulante					
Provisão para perdas em investimentos	15.443	11.484	1.030	27.957	-
<b>Total do passivo</b>	<b>15.443</b>	<b>11.484</b>	<b>1.030</b>	<b>27.957</b>	<b>36.979</b>
Resultado					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	-	-	-	83.136
Receitas de variações monetárias	3.661	1.046	172	4.879	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas). Os contratos de mútuo com as subsidiárias têm remuneração de 101% do CDI.

► Fornecimento de energia

A Companhia é um dos principais consumidores de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, sendo a energia fornecida principalmente pela CEMIG, controlada pelo nosso maior acionista, o Estado de Minas Gerais. A Companhia possui mais de 300 contratos de energia elétrica, sendo que cada um é específico de uma unidade consumidora, conforme Nota 11.

► Contratos de financiamento com o BDMG

A Companhia celebrou diversos contratos de financiamento com o BDMG no curso normal de nossos negócios.

► Contratos com a CODEMIG

A Companhia assinou com a CODEMIG, no dia 22 de março de 2006, protocolo de intenções de cooperação técnica e, em 30 de junho de 2006, um contrato de arrendamento para assumir os direitos minerários das águas minerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari, conforme Nota 01.

► Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União

Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:

Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas com União de 20 de janeiro de 1994: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo Estado de Minas Gerais a: (i) compensar quaisquer quantias com recursos de receitas próprias e quotas de determinados tributos, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência; e (ii) requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do Estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em aberto desses contratos é de R\$78.681, conforme Nota 12.

Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida com a União de 05 de agosto de 1998: o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu à União, créditos que foram feitos à sua conta de depósitos provenientes das receitas de determinados tributos, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em aberto desses contratos é de R\$55.750, conforme Nota 12.

► Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros e Diretores, membros do Comitê Executivo e o chefe de Auditoria Interna. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, no exercício, está apresentada a seguir:

	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	4.962	3.434
Benefícios pós-emprego	-	28
	<b>4.962</b>	<b>3.462</b>

## **25. Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto em Belo Horizonte**

O Estado e o Município de Belo Horizonte assinaram, em 13 de novembro de 2002, convênio de cooperação, assegurando à Companhia a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Belo Horizonte por mais 30 anos.

Em 30 de abril de 2004, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo a este convênio. Os principais itens do convênio de cooperação, consolidados pelo aditivo, são os seguintes:

- 1º) O Município declarou e reconheceu o débito de sua responsabilidade no valor global de R\$70.662, referido à data de 30 de novembro de 2002, correspondente a faturas de serviços de água e esgoto emitidas até novembro de 2002, ainda pendentes de pagamento. O montante desse débito estava sendo pago em 335 parcelas mensais e consecutivas equivalentes, cada uma, a 202.838,77 m<sup>3</sup> de água, a partir de janeiro de 2005. O valor em moeda corrente de cada parcela era calculado multiplicando-se o volume a ser quitado pelo valor da tarifa média faturada por m<sup>3</sup> em Belo Horizonte, acrescido de juros simples remuneratórios de 0,5% ao mês, contados a partir de novembro de 2002. No entanto, a partir de 24 de fevereiro de 2010, com a assinatura do Termo de Compensação de Dívidas Recíprocas, o montante da dívida passou a ser pago em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E (Notas 07 e 11). Em 31 de dezembro de 2011, o saldo a receber registrado é de R\$250.766 sendo R\$30.706 no ativo circulante e R\$220.060 no ativo não circulante (R\$204.662 em 31 de dezembro de 2010 sendo R\$22.327 no ativo circulante e R\$182.335 no ativo não circulante).
- 2º) A Companhia assumiu parte dos custos do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte - DRENURBS, de interesse do Município, a título de custo do Direito de Exploração da Concessão de Belo Horizonte, cujo valor inicialmente contratado de R\$170.000, está sendo atualizado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Em dezembro de 2011, o Município de Belo Horizonte apresentou medições de gastos realizados com o referido programa até o mês de dezembro de 2009. Considerando o compromisso de reembolso de parte do valor dessas medições a partir de janeiro de 2008, o seu valor foi atualizado até a referida data e baixado pelo valor total de reembolsos devidos no período, passando a representar um saldo de R\$214.933. Quando da apresentação de novas medições de gastos realizados pelo Município, será procedido o reembolso das 240 (duzentas e quarenta) parcelas remanescentes, limitado ao valor de R\$855 de cada parcela, atualizado pelo IPCA, e ao saldo atualizado do compromisso.

## 26. Mensuração e Hierarquia do Valor Justo

O valor justo é um preço existente, representando o valor que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação normal entre participantes do mercado.

Dessa forma, o valor justo é uma mensuração baseada no mercado e assim deve ser determinado com base em premissas que os participantes do mercado usariam na determinação de preços de um ativo ou passivo. Como base para a consideração de tais estabelece-se uma hierarquia de valor justo de três níveis que prioriza as entradas usadas na mensuração do valor justo como segue:

1. Nível 1 - Insumos observáveis tais como os com preços cotados em mercados ativos;
2. Nível 2 - Insumos, outros que não os com preços cotados em mercados ativos que são observáveis quer direta ou indiretamente; e
3. Nível 3 - Insumos não observáveis, para os quais existem poucos ou nenhum dado de mercado, que exige que a entidade de reporte desenvolva as suas próprias premissas.

Em 31 de dezembro de 2011 o único instrumento financeiro avaliado a valor justo mantido pela Companhia é representado por investimentos de curto prazo em certificados de depósitos bancários (CDB), classificados como equivalentes de caixa, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, mensurados conforme nível 2.

## 27. Compromissos

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2011:

Contratado	Valor	Data da Assinatura	Prazo em dias (1)
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	186.404	25/08/2011	1.080
Construções Camargo Corrêa S/A.	121.904	24/11/2011	900
Construtora Barbosa Mello S/A.	43.272	26/12/2011	540
Egesa Engenharia S/A.	42.121	13/09/2010	1.080
SONEL Soc. Nacional Elétrica Hidr. Ltda.	23.650	11/08/2010	540
Construtora R. Fonseca	22.731	30/06/2009	1.080
Infracon Engenharia e Comércio Ltda.	21.596	05/09/2011	360
Consorcio Ecosan	19.642	01/10/2010	600
Socienge Construções Ltda.	16.707	05/02/2010	840
Prefisan Ltda.	13.675	24/05/2010	720
Concremat Engenharia Ltda.	13.632	03/05/2010	720

1) Contados a partir da data fixada na primeira ordem de serviço.

Na renovação ou revisão de alguns contratos de concessões, a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de obras de esgotamento sanitário e de tratamento de fundos de vales, a serem executadas pelas prefeituras. Das obras executadas, aquelas pertencentes aos logradouros públicos (canalização de córregos, avenidas sanitárias) são tratadas como ativos intangíveis sob o título 'direito de exploração de concessões', e amortizadas no prazo remanescente da concessão. Os interceptores de esgoto são incorporados ao intangível da Companhia.

Os principais valores compromissados estão relacionados aos seguintes municípios:

Municípios	Valores		% realização
	Empenhados	Realizados	
Betim	80.286	73.521	91,57
Belo Horizonte (Nota 25)	261.140	46.207	17,69
Contagem	82.742	82.742	100
Montes Claros	121.941	61.417	50,37
Ribeirão das Neves	86.411	70.977	82,14
Teófilo Otoni	54.360	-	-

## 28. Política de Seguros

A Companhia e suas subsidiárias contrataram serviços de Seguro de Responsabilidade Civil de Conselheiros, Diretores e/ou Administradores de Sociedades Comerciais, visando garantir indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas, no exercício de suas funções.

A Companhia não possui contrato de seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações e/ou instalações, na data de encerramento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

## 29. Exigibilidade do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

De acordo com a Lei Estadual nº 9.944, de 20 de setembro de 1989, e o Decreto Estadual nº 38.104/96, a Companhia passou a ser contribuinte do ICMS, em regime especial, incidente sobre o fornecimento de água canalizada, tendo efetuado o recolhimento de tal imposto nos anos de 1989 a 1991. Em 1991, a Companhia suspendeu o referido recolhimento em decorrência de decisão liminar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 567-7, que determinou que tal cobrança necessitaria de lei específica que a instituísse. A referida ADIN foi declarada prejudicada por perda de objeto, e esta questão foi pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.224, publicada em 21 de março de 2007, cuja decisão definiu que o fornecimento de água tratada a consumidores finais constitui prestação de serviço público essencial, por expressa determinação constitucional. Entretanto, como o mérito da ação ainda não foi julgado, e muito embora existam manifestações do STF e do STJ, bem como reiterado entendimento da jurisprudência mineira, no sentido de que não haveria incidência do ICMS no fornecimento de água potável por empresas concessionárias desse serviço público, até o presente momento não



há um entendimento definitivo do Poder Judiciário. Em razão da suspensão do recolhimento, o valor do referido imposto não está atualmente inserido no cálculo de tarifas da Companhia, não sendo cobrado dos clientes e, tampouco, repassado ao Governo Estadual bem como inexistente qualquer autuação por parte da Fazenda Estadual que justifique constituição de provisão para o referido imposto.

### **30. Fatos Relevantes**

- a) O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 09 de janeiro de 2012 (“RCA”), a realização da 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie quirografária da Companhia (“Debêntures”), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob o regime de garantia firme (“Oferta”). Serão emitidas, a partir de 15 de fevereiro de 2012 (“Data de Emissão”), 400 (quatrocentas) debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando o montante de R\$400.000, sendo que a quantidade de Debêntures a ser emitida para cada uma das séries será definida em sistema de “vasos comunicantes” após a conclusão do procedimento de “bookbuilding” a ser realizado pelos coordenadores da Oferta, ressalvado que 1 (uma) das séries poderá não ser emitida. As Debêntures da 1ª Série terão prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de fevereiro de 2017; as Debêntures da 2ª Série terão prazo de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de fevereiro de 2019.
  - b) Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, realizada em 31 de janeiro de 2011, foi aprovada a instauração de processo administrativo licitatório, referente à contratação de Parceria Público Privada – PPP, para a execução das obras e serviços de ampliação e melhorias do Sistema Produtor do Rio Manso, por um período de 15 (quinze) anos, com investimentos no valor de até R\$ 457.000.
-

## DIRETORIA EXECUTIVA

RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS  
LUIZ OTÁVIO ZIZA MOTA VALADARES  
PAULA VASQUES BITTENCOURT

MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU  
CARLOS GONÇALVES DE OLIVEIRA  
SOBRINHO  
MARCOS ANTÔNIO TEIXEIRA

JUAREZ AMORIM  
GELTON PALMIERI ABUD  
VALÉRIO MÁXIMO GAMBOGI PARREIRA  
PAULO FERNANDO RODRIGUES LOPES  
TILDEN SANTIAGO

Diretor Presidente  
Diretor Vice-Presidente  
Diretora Financeira e de Relações com  
Investidores  
Diretor de Operação Norte  
Diretor Técnico e de Novos Negócios  
  
Diretor de Planejamento e Gestão de  
Empreendimentos  
Diretor de Operação Metropolitana  
Diretor de Gestão Corporativa  
Diretor de Operação Centro Leste  
Diretor de Operação Sudoeste  
Diretor de Meio Ambiente

## CONTADOR RESPONSÁVEL

GERALDO MAGELA MOREIRA CALÇADO  
Contador - CRCMG - 36.109

PACÍFICO AUGUSTO VIEIRA  
Superintendente de Contabilidade,  
Custos e Patrimônio  
CRCMG – 55.682

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA  
RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS  
EUCLIDES GARCIA DE LIMA FILHO  
FLÁVIO JOSÉ BARBOSA DE ALENCASTRO  
ÊNIO RATTON LOMBARDI  
JOSÉ CARLOS CARVALHO  
TADEU BARRETO GUIMARÃES  
ALFREDO VICENTE SALGADO FARIA  
ALEXANDRE PEDERCINI ISSA

Presidente  
Vice-Presidente  
Conselheiro  
Conselheiro  
Conselheiro  
Conselheiro  
Conselheiro  
Conselheiro  
Conselheiro